

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
VINÍCIUS FERES LAUD

**O Movimento de Estudantes na Universidade de Taubaté: sujeitos,
experiências, contexto (1979-1988)**

TAUBATÉ
2023

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
VINÍCIUS FERES LAUD

**O Movimento de Estudantes na Universidade de Taubaté: sujeitos,
experiências, contexto (1979-1988)**

Trabalho apresentado para obtenção do
certificado de Especialização pelo curso de
História do Departamento de Ciências Sociais e
Letras da Universidade de Taubaté
Área de concentração: _____
Orientação: Prof. Dr. Mauro Castilho Gonçalves

TAUBATÉ
2023

**Grupo Especial de Tratamento da Informação – GETI
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBi
Universidade de Taubaté - UNITAU**

L367m Laud, Vinicius Feres
O Movimento de Estudantes na Universidade de Taubaté :
sujeitos, experiências, contexto (1979-1988) / Vinicius Feres
Laud. – 2023.
66 f. : il.

Monografia (graduação) - Universidade de Taubaté,
Departamento de Ciências Sociais e Letras, 2023.

Orientação: Prof. Dr. Mauro Castilho Gonçalves, Instituto
Básico de Humanidades.

1. Sujeito. 2. Experiência. 3. Movimentos de Estudantes.
4. Universidade. I. Universidade de Taubaté. Departamento de
Ciências Sociais e Letras. Curso de História. II. Título.

CDD – 378

VINÍCIUS FERES LAUD

**O Movimento de Estudantes na Universidade de Taubaté: sujeitos,
experiências, contexto (1979-1988)**

Data:07/12/2023

Resultado:Aprovado

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Mauro Castilho Gonçalves

Assinatura:_____

Profa. Dra. Suzana Lopes Salgado Ribeiro

Assinatura:_____

Prof. Me.: Bruno Luis Cardoso

Assinatura:_____

Dedico esta conquista a minha mãe por todo apoio nessa trajetória que se iniciou em 2016, só ela sabe o quão difícil foi deixar esse sonho de lado para cuidar da minha saúde e retornar em 2020 para concluir essa luta.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a toda minha família por acreditar em mim e por me incentivar apesar das dificuldades.

Agradeço também, apesar de muitas pessoas terem a opinião de não fazer agradecimentos a namorada (o) e família pois não sabemos o dia de amanhã, mas eu não posso deixar de agradecer a minha namorada Laura e minha sogra Kelly, por todo apoio e incentivo. Não importa o dia de amanhã, esse apoio não pode ser deixado de lado.

Aos meus professores de ensino fundamental e ensino médio, em especial professora Shirley Mara Franceliano de Paula e professor Bruno Luís Cardoso, até hoje me inspiro em vocês.

Ao Prof. Dr. Mauro Castilho Gonçalves pela sua orientação e pela oportunidade de estagiar no Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CDPH/UNITAU). Aos funcionários do Departamento de Ciências Sociais e Letras, por me fazer sentir em casa e pelos cafés da tarde.

Aos professores da universidade por se desdobraram no período da pandemia e pelas aulas, trabalhos e estágios que ajudaram a entender o que é ser um Historiador.

Aos membros da banca

Aos meus colegas de turma por dividirem momentos bons e ruins, sonhos e medos, mas principalmente, pelas conversas mais aleatórias que deixavam os dias difíceis mais tranquilos.

Aos meus amigos de longa data Leone, Bruno e Leonardo, pelas conversas e amizade tão verdadeira e duradoura.

Ao meu grande amigo falecido, Lucas. Você ainda é uma pessoa muito importante para mim.

“A juventude brasileira tem que ser inconformista e em alguns pontos o seu inconformismo deverá ser extremamente radical, para responder às novas exigências da situação.”

(Florestan Fernandes, 1966, p.137)

RESUMO

O movimento estudantil no Brasil, possui uma longa história na sociedade brasileira. Com momentos de ímpeto e momentos menos incisivos. No final da década de 1970 e início dos anos de 1980, com a Ditadura Civil-Militar ainda em curso, os estudantes retornam aos holofotes com manifestações contra o regime, principalmente em relação à *Anistia* e às *Diretas Já*. Esta conjuntura ecoava não só nas grandes cidades, como foi o caso da cidade de Taubaté, na década de 1980. O presente trabalho tem como objetivo analisar o sujeito universitário da Universidade de Taubaté dentro deste contexto, analisando como se deu a organização dos movimentos, os motivos para as ações tomadas e as respostas da Universidade de Taubaté. A pesquisa se pautou teoricamente nas contribuições do historiador inglês E. P. Thompson, particularmente na obra *A Miséria da Teoria - Ou Um Planetário de Erros*. E a metodologia utilizada foi análise do fundo documental doado por alguns estudantes que participaram do movimento ao *Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CDPH/UNITAU)* Urbano Reis Patto Filho, Marcelo Fuad Khuryeh e Boris Alexandre César dentro da série *Movimento Estudantil*, além da análise da imprensa periódica local. Sob essa ótica o trabalho busca tentar compreender como se dava a relação entre experiência e sujeito histórico. O resultado desta pesquisa aponta para uma não solução do problema, somente houveram algumas mudanças para apaziguar o movimento.

Palavras-Chave: sujeito, experiência, movimento de estudantes, universidade.

ABSTRACT

The student movement in Brazil has a long history in Brazilian society. With moments of momentum and less incisive moments. At the end of the 1970s and beginning of the 1980s, with the Civil-Military Dictatorship still ongoing, students returned to the spotlight with demonstrations against the regime, mainly in relation to *Amnesty* and *Diretas Já*. This situation was echoed not only in large cities, as was the case of the city of Taubaté, in the 1980s. The present work aims to analyze the university subject at the University of Taubaté within this context, analyzing how the movements were organized, the reasons for the actions taken and the responses from the University of Taubaté. The research was theoretically based on the contributions of the english historian E. P. Thompson, particularly in the work *The Poverty of Theory & Other Essays* . And the methodology used was analysis of the documentary fund donated by some students who participated in the movement to the *Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CDPH/UNITAU) Urbano Reis Patto Filho, Marcelo Fuad Khuryeh and Boris Alexandre César* within the Student Movement series, in addition to the analysis of the local periodical press. From this perspective, the work seeks to understand how the relationship between experience and historical subject occurred. The result of this research points to no solution to the problem, there were only some changes to appease the movement.

Keywords: subject, experience, student movement, university.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Dados sobre o acesso à educação no Brasil entre os anos de 1933 a 1968	22
Figura 2 – Protesto de alunos	34
Figura 3 – Divulgação do 1º Congresso Universitário da UNITAU (jun.1981)	40
Figura 4 – Relatório da reunião da Regional do Vale do Paraíba (UEE)	42
Figura 5 – Abaixo assinado dos alunos da Faculdade de Medicina	44
Figura 6 – Rascunho de ações para a manifestação em 1981	46
Figura 7 – Carta de boicote das mensalidades da UNITAU	47
Figura 8 – Relatório do Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia	49
Figura 9 – Portaria N° 145/81	51
Figura 10 – Inquérito Administrativo Disciplinar	53
Figura 11- Manifesto A Comunidade Taubateana, sem data	56
Figura 12 – Ofício 451/84	58
Figura 13 – Assembleia Geral dos Estudantes da UNITAU	59
Figura 14 – Lista de Presença da Assembleia Geral dos Estudantes	60

LISTA DE SIGLAS

AI 5 – Ato Institucional 5

CA - Centro Acadêmico

CCE - Conselho Estadual de Educação

DA - Diretório Acadêmico

DCE - Diretório Central de Estudantes

DOI-CODI - Departamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna

FFT – Federações de Faculdades de Taubaté

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPMS – Inquéritos Policiais Militares

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

TJDFT – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

UEESP – União Estadual dos Estudantes

UNITAU – Universidade de Taubaté

UNE – União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 CAPÍTULO 1 – A MANCHA DE DUAS DÉCADAS.....	17
2.1.1 O golpe civil-militar.....	17
2.1.2 Os movimentos estudantis pré e pós golpe de 64.....	20
2.1.3 A busca pela Anistia e o papel do estudante universitário.....	23
3 CAPÍTULO 2 – SUJEITO E UNIVERSIDADE, DUAS CONTRADIÇÕES.....	26
3.2.1 De Federações à Universidade.....	27
3.2.2 Diretório Central de Estudantes e a representação estudantil.....	31
3.2.3 Década de 1980: escalonamento do conflito.....	33
4 CAPÍTULO 3 – O MOVIMENTO DE ESTUDANTES.....	38
4.3.1 Único Diálogo: Boicote.....	40
4.3.2 A resposta da universidade.....	48
4.3.3 Há um fim?.....	55
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERÊNCIAS.....	64

1 INTRODUÇÃO

Escolher o que estudar durante o ensino médio é uma das escolhas mais complicadas da passagem para a vida adulta, envolve várias questões: gostos pessoais, gosto de terceiros, questões financeiras, de saúde, dentre outras tantas. No meu caso não foi diferente, em três anos diversas profissões passaram pela minha cabeça: Violonista, Professor, Psicólogo, Filósofo, Historiador e até mesmo Maestro. Por fim escolhi o curso de licenciatura em História.

A escolha da profissão de professor veio dos vários exemplos bons que tive durante a vida, mas também os exemplos ruins. E a disciplina História sempre teve um espaço em meu coração. As discussões possíveis, a compreensão da vida hoje, entender porque as coisas estão dessa maneira, são exemplos dos diversos chamariz que a História é capaz de nos proporcionar. Então foi decidido e apesar de ter começado e parado, o fato de estar com este trabalho de graduação em mãos, mostra que a escolha foi certa.

Nos dois anos finais da faculdade passei a estagiar no Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CDPH/UNITAU), que se localiza dentro do Departamento de Ciências Sociais e Letras, onde o curso de História está. Neste estágio obtive muito conhecimento, tive contato com diversos tipos de fontes documentais diferentes. E claro, com pessoas, as monitorias e oficinas realizadas sempre foram aprendizados de mão dupla.

Durante esses anos, enquanto organizava as caixas dos fundos documentais encontrei algo que chamou a minha atenção: o fundo *Urbano Reis Patto Filho, Marcelo Fuad Khuryeh e Boris Alexandre César*. Dentro das diversas séries, o fundo *Movimento Estudantil* me chamou a atenção. Analisando os documentos descobri a existência de um movimento de estudantes que ocorreu em Taubaté durante a década de 1980 na Universidade de Taubaté (UNITAU). Neste momento me senti surpreso pelo ocorrido e passei por um processo de autocrítica.

Nunca participei de movimentos estudantis organizados, o máximo que fiz foi participar de uma petição para não fechar as turmas matutinas do terceiro ano do ensino médio na escola que me formei. E devido a tantas situações

passei a me ver mais acomodado e, de certa forma, mais acovardado. Ao analisar o período final da Ditadura Civil-Militar, que qualquer movimento contra o regime poderia custar a vida própria ou de pessoas próximas, e analisar a movimentação estudantil da época, inclusive a taubateana, me fez refletir sobre o porque não agir. Então estudar o tema me trouxe a autocrítica enquanto um ser político.

Os movimentos estudantis organizados datam, no Brasil, desde o início do século XX. A relevância e a importância desses movimentos para a história brasileira é histórica. Dentro deste século um dos momentos mais marcantes foi o papel dessa classe durante a Ditadura Civil-Militar, que, mesmo com a repressão e violência, não cessaram os atos. Já no fim da década de 1970, se aproximando do final do regime militar, houve um aumento desses movimentos sociais que ecoou em várias regiões do Brasil, inclusive na cidade de Taubaté.

Em meio a esse cenário, onde a repressão acontecia até mesmo em instituições de ensino superior, é criada a UNITAU, a qual possuía muitas das características do período vigente. Mas com um fator extra: a autarquia municipal de regime especial. Com isso a universidade possui a autonomia para agir, para ditar regras e para decidir questões de cunho disciplinar, acadêmico, econômico e administrativo, com o aval da prefeitura municipal de Taubaté.

Os estudantes da UNITAU entre o final da década de 1970 até o fim da década de 1980, passaram a se movimentar para causas relacionadas à universidade, desde problemas de infraestrutura até questões de mensalidade. Iniciando-se como pequenos movimentos localizados em alguns Diretórios Acadêmicos com o apoio do Diretório Central de Estudantes e passando a abranger diversos cursos e departamentos, se organizando cada vez mais. Com isso o embate inicia entre universitários e Universidade de Taubaté, duas classes que apesar de necessitarem uma da outra, possuem interesses opostos.

Este trabalho tem como objetivo apresentar o contexto da época e discutir o papel do sujeito universitário diante dos problemas enfrentados, assim como a resposta da universidade para as ações dos estudantes. Além de tentar compreender as conjunturas que levaram o movimento de estudantes

acontecer em Taubaté e como que a UNITAU se organizou para enfrentar o ímpeto estudantil.

A pesquisa pautou-se teoricamente nas contribuições do historiador inglês E. P. Thompson, particularmente na obra *A Miséria da Teoria - Ou Um Planetário de Erros*. Nesse livro o autor discute conceitos chaves para a formulação deste trabalho.

Alguns conceitos são: *experiência*, que o autor afirma que é uma categoria indispensável para o historiador, pois analisa a questão mental e emocional de um sujeito ou uma classe. E esse conceito traz à tona o papel do *sujeito*, pois a História não acontece sem a participação dele. Assim como a *consciência de classe*, que por mais que as ações partam, a princípio, das vontades individuais essas vontades foram condicionadas em termos de classe. Por fim, o *processo* que faz a conexão desses outros conceitos e, como numa via de mão dupla, faz ele acontecer.

As fontes empíricas foram analisadas a partir de dois Fundos Documentais, arquivados no Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da UNITAU (CDPH/UNITAU), quais sejam: *Urbano Reis Patto Filho, Marcelo Fuad Khuryeh e Boris Alexandre César e Universidade de Taubaté*. Além deles, a imprensa periódica local, pertencente à hemeroteca do respectivo Centro de Documentação. Estava na agenda da pesquisa, o acesso à documentação sob a guarda do Diretório Central de Estudantes (DCE). Porém, após várias tentativas de contato e acesso, não se obteve resposta dos atuais representantes do referido órgão.

As pesquisas realizadas com os documentos foram divididas em partes. Primeiramente foi necessário a organização da série *Movimento Estudantil* nas seguintes sub-séries: *Prefeitura Municipal de Taubaté, Universidade de Taubaté, Corpo Discente, Imprensa e Documentos Gerais*. Dentre os documentos encontrados destacam-se: cartas, panfletos, recortes de jornais, documentos jurídicos, rascunhos, revistas e documentos oficiais do município de Taubaté. Após concluída foi realizado o escaneamento dos documentos para o CDPH/UNITAU, de forma que futuramente seja possível o acesso a documentos de forma digital. Por fim a estruturação do trabalho para começar a escrita.

Assim o trabalho foi dividido em três capítulos: o primeiro apresentando o contexto geral do Brasil entre 1979 a 1988, os movimentos estudantis e a Anistia no fim da Ditadura Civil-Militar. O segundo capítulo discute como a UNITAU foi criada, assim como o DCE e a tentativa de compreender como se iniciou a discordância entre universidade e universitários. E o capítulo final apresenta como se deu os movimentos de estudantes da UNITAU, o impacto do movimento na universidade e fora dela e como o movimento foi se dissolvendo.

CAPÍTULO 1 – A MANCHA DE DUAS DÉCADAS

O Brasil é um país com uma democracia muito jovem e, de certo modo, inconstante e restrita. Desde a República até os dias atuais, estruturas que compõem um Estado Democrático se abalam ou se rompem.

Em 1964 o resultado de conspirações anticomunista internacional e o medo da elite brasileira em perder seu posto, foi um dos fatores que eclodiu o golpe civil militar¹ no Brasil. Assim iniciando um dos períodos mais sombrios e delicados que esse país tão jovem já viveu.

Foram quase duas décadas de repressão, com seu auge em 1968 com a promulgação do AI-5². Vários setores da sociedade tiveram seus direitos civis apartados, um desses grupos foram os de estudantes que eram perseguidos de forma constante. E mesmo após a Anistia e o fim da Ditadura Civil-Militar, os direitos civis básicos só foram ser devolvidos com a constituição de 1988. Ainda com ressalvas, pois o processo de Anistia inocentou militares golpistas e torturadores, além de não respaldar presos políticos, torturados e familiares dos mortos e desaparecidos.

Este capítulo aborda o contexto do Brasil durante a Ditadura Civil-Militar, apontando o processo que levou os militares ao poder. Seguindo por uma breve história dos movimentos estudantis, analisando seu papel antes e depois da ditadura. E por fim, o contexto da Anistia, incluindo suas contradições e problemáticas em torno dos grupos anistiados.

1.1 O golpe civil-militar

O início da década de 1960 é conflituoso politicamente, um reflexo da Guerra Fria. O mundo era um caldeirão, borbulhando conflitos, revoluções, golpes, etc. São sucessões de acontecimentos que não se encerram e não deixam brecha para respirar.

No Brasil não era diferente. Após o fim do mandato de Juscelino Kubitschek, a figura, autointitulada, antissistema e ante Vargas de Jânio

¹ Neste trabalho será utilizado o termo Ditadura civil-militar, usado por autores como Daniel Aarão Reis em seu livro *Ditadura e Democracia no Brasil* publicado em 2014.

² O Ato Institucional 5 foi um decreto que proibiu os direitos políticos da população brasileira que era contrária ao regime ditatorial brasileiro.

Quadros emergiu e alcançou a presidência, tanto pelo seu carisma quanto pela boa reputação que teve enquanto governador do estado de São Paulo. Contudo sua forma nada ortodoxa e independente causou diversas incertezas e temor entre os políticos profissionais de todos os partidos (SKIDMORE, 1975).

Jânio Quadros foi forçado a renunciar sete meses após sua posse. João Goulart sofreu tentativas de golpe, como foi o caso durante sua visita oficial à China Popular. Não havia tempo para refletir, não havia tempo para ter medo. Era apenas seguir em frente, para depois do caso encerrado, constatar a existência de caminhos melhores (CHIAVENATO, 1995).

Goulart, apesar de acenar para a classe trabalhadora com as Reformas de Base³, ao ponto de chamarem de “o novo pai dos pobres”, agia em favor da burguesia brasileira⁴ e acordou em acatar o regime parlamentarista. Pois as tentativas de golpes não cessavam e havia o risco real de perder seu mandato, mesmo que tivesse seus poderes diminuídos. Mas apesar desse apoio, as suas reformas ainda eram pedras nos sapatos do empresariado e do latifundiário brasileiro. Em especial a Reforma Agrária.

O Brasil ainda era um país majoritariamente rural e as heranças financeiras e políticas das famílias oligárquicas do século XIX ainda existiam, esses dois fatores são essenciais para compreender a motivação das elites apoiarem o golpe que estaria por vir. O tema dessa reforma trazia, também, o medo do *fantasma do comunismo* que era replicado pela Igreja e entrava no imaginário da classe média brasileira. Assim a tensão política aumentava e o descontentamento das elites também.

O governo de Goulart não tinha muito apoio político e era apoiado pela camada mais pobre da população, os comícios sobre as Reformas de Base inflamavam a classe trabalhadora e as esquerdas. Mas o Brasil é um país com bases escravocratas, militaristas golpistas e invasivamente religiosas.

³ As Reformas de Base do governo Goulart são propostas de mudanças em favor do desenvolvimento do país. Essas Reformas são de origem do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), inicialmente pensada para serem aplicadas no governo Juscelino Kubitschek. Contudo esse plano serviu de base para as reformas que o governo Goulart propunha, tratando como prioridade as reformas: agrária, administrativa, constitucional, eleitoral, bancária, tributária e educacional (MENANDRO). Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/reformas-de-base>. Acesso em: 06 mai. 2023.

⁴ O conceito de burguesia foi utilizado com base na definição proposta por Jacob Gorender em seu livro *A Burguesia Brasileira* (1998), onde ele discorre desde o Brasil colônia até a década de 1980 sobre a formação do capitalismo e da classe burguesa no Brasil.

Chiavenato (1995) aponta que Goulart não possuía *intenções comunistas*, as reformas propostas por ele não eram anticapitalistas e nem contra a propriedade privada, as fazendas produtivas não sofreram nenhuma mudança, o sistema não se alteraria. Mesmo não sendo de viés comunista, o fato de o povo ter a possibilidade de conseguir uma pequena fração dos privilégios da elite brasileira já era considerada uma afronta a elas. Goulart, mesmo sendo da elite, ao dialogar pouco com ela, colocava em risco sua posição como presidente, pois *justificava* o medo de perda de influência política e econômica. O golpe já tinha uma cara.

A Guerra Fria trazia ao imaginário da burguesia um medo da mudança, o medo de uma organização proletária, mas principalmente, o medo de perder seus privilégios. Essa burguesia ainda pisava nas bases cafeicultoras e escravocratas, é necessário lembrar que o êxodo rural estava iniciando (e o processo foi longo, durando até os anos de 1980) e a escravidão tinha sido abolida em 1888, não havia completado um século da lei abolicionista.

As elites brasileiras, principalmente a agrária, ainda tem um sentimento de ser um “europeu fora da Europa” instaurado em si. A tentativa da República no movimento indianista em criar uma identidade nacional, trouxe um sentimento nacionalista, mas não necessariamente brasileiro sul-americano, mas como um europeu em território estranho. Como afirma Sérgio Buarque de Holanda:

Se a forma de nossa cultura ainda permanece largamente ibérica e lusitana, deve atribuir-se tal fato sobretudo às insuficiências do “americanismo”, que se resume até agora, em grande parte, numa sorte de exacerbamento de manifestações estranhas, de decisões impostas de fora, exteriores à terra. O americano ainda é interiormente inexistente (1995, p.172).

A burguesia brasileira se via como europeia e, por isso, os que não faziam parte desse grupo, são “coisas” que devem permanecer em estado servil em prol de seu lucro. E assim como os senhores de engenhos, qualquer tentativa mínima de humanizar esses bestializados era uma afronta a seu poderio econômico e político.

E por fim, mas não menos importante, os militares que desde 1954 possuíam atritos com Jango (GASPARI, 2014). O presidente passou por

diversas crises diante dos militares, mas na alvorada do golpe civil militar, no dia 30 de março de 1964 teria um novo encontro tenso no salão do Automóvel Clube, onde discursava para um auditório de suboficiais e sargentos da Forças Armadas. Todavia, João Goulart planejou alguns golpes para se manter no poder, devido a isso a oposição afirmava publicamente que ele rejeitaria as regras da democracia. Durante a reunião, Jango pronunciou em tom de despedida e General Mourão Filho mobilizou suas tropas.

Com as cartas na mesa, no dia 31 de março de 1964 as tropas de Mourão Filho saíram de Minas Gerais em direção à Brasília, onde só chegaram no dia 01 de abril, para depor Goulart com a justificativa de “abuso de poder”. O golpe ser efetivado no dia da mentira utilizando de mentiras para atacar a fraca e quase falsa democracia brasileira, foi uma brincadeira de mau gosto que durou um pouco mais de duas décadas.

1.2 Os movimentos estudantis pré e pós golpe de 64

Os movimentos estudantis no Brasil nasceram antes golpe cívico militar de 1964 e é explicado por Florestan Fernandes (1966, p.137) afirma que: “Numa fase histórica de transição, em que o que vai sendo substituído é um padrão de civilização por outro, o Brasil expõe as suas gerações novas a tarefas gigantescas”. Então é notável que a juventude vem assumindo um papel de protagonista ao decorrer das décadas (apesar de ter períodos mais e menos participativos), e os movimentos estudantis são um dos vários modos de assumir essa responsabilidade.

Com a industrialização engatinhando na região sudeste e as cidades começando a crescer demograficamente, as primeiras escolas e universidades eram construídas e o número de estudantes crescendo, apesar do acesso a essas instituições fossem ainda restritas a uma classe mais abastada. Com tudo, já era possível ver estudantes começando a se organizar. Segundo o site oficial da UNE (2011)⁵, no início do século XX, em 1901, é criado a Federação dos Estudantes Brasileiros, seguido pelos primeiros congressos nacionais de estudantes principalmente após a revolução de 1930 que trouxe um ponto de virada na ação política da juventude. E, não menos importante, a criação da

⁵ Disponível em: <https://www.une.org.br/2011/09/historia-da-une/> Acesso em: 13 de jun. 2023.

União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1937, que perdura até os dias atuais, tendo proximidades com o Estado getulista, mas depois se afastando devido a repressões sofridas por assumir diversas outras pautas que vão além do movimento estudantil.

Essa divergência com o Estado não cessou com a Segunda Guerra Mundial, pelo contrário a ascensão do pensamento fascista e a proximidade de Getúlio a essa ideologia fizeram com que estudantes confrontassem ainda mais o governo e seus apoiadores. Como foi o caso da ocupação da sede do Clube Germânia no Rio de Janeiro em 1942 (UNE, 2011).

A organização e as pautas estudantis sempre estiveram entrelaçadas com a realidade material coletiva e individual da juventude. A experiência dos estudantes que atuavam (e atuam) nesses movimentos é um fator indissociável, como afirma Thompson:

(...) pois as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem alguns praticantes teóricos) como instinto proletário etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (Através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral. (1981, p. 189)

O sujeito histórico é imerso em seus desejos, medos, traumas, tabus, questões familiares, amorosas, etc. E sua ação como ser histórico e político, não ignora sua formação e dilemas pessoais, pelo contrário, ela se soma a suas ideias. E essa complexidade subjetiva também é vista nos movimentos estudantis, como ocorreu no início da Ditadura Civil-Militar.

O golpe militar foi apoiado pela elite brasileira e por uma classe média que via o comunismo como uma ameaça real e palpável, e visto que o acesso às universidades no século XX era muito restrita, logo uma parcela universitária apoiaria também, como é possível ver os dados coletados pelo IBGE no ano de 1970:

Figura 1 – Dados sobre o acesso à educação no Brasil entre os anos de 1933 a 1968

IBGE ————— ESTATÍSTICAS DO SÉCULO XX: EDUCAÇÃO

Tabela 1 - Matrícula geral nos ensinos primário comum, médio e superior - Brasil - 1933/1968

Ano	Primário comum	Índice de crescimento	Médio (secundário e técnico)	Índice de crescimento	Superior (graduação)	Índice de crescimento
1933	2 107 617	100	108 305	100	(1) 22 851	100
1940	3 068 269	146	245 115	226	(1) 20 017	88
1950	4 352 043	206	538 346	497	(1) 44 458	195
1960	7 458 002	354	1 177 427	1090	93 202	408
1968	11 943 506	567	3 205 689	2960	278 205	1217
1970	-	-	-	-	425 478	1 862

Fonte: IBGE (2006)

A tabela mostra que os números de alunos diminuem a cada nova fase de ensino, apontando um afastamento da classe mais pobre ao ensino universitário. Como aponta a autora Maria Ribeiro do Valle (1999, p.36) ao afirmar que os universitários da década de 60 eram majoritariamente de classe média ou elite, assim quando os pedidos de intervenção militar se iniciaram até os primeiros anos do golpe, os estudantes universitários se viam divididos entre quem apoiava o golpe de estado (mesmo que não seja de forma ativa e organizada) e quem não apoiava. Assim concordando com a complexidade da experiência que Thompson afirma existir.

A partir do golpe, o meio estudantil foi um alvo constante dos militares, com os Inquéritos Policiais Militares (IPMS) as repressões ficaram constantes e esse meio perdeu sua autonomia. Qualquer manifestação que pudesse ser considerada subversiva, como atividades políticas dentro das universidades, passaram a ser proibidas e os participantes poderiam ser julgados, presos e/ou torturados.

Contudo, foi só a partir de 1965 que as perseguições foram institucionalizadas, pois com a aproximação entre estudantes e a esquerda, o governo ditatorial de Castelo Branco via neles uma ameaça à segurança do país, e com a promulgação do decreto Aragão os estudantes se viam ainda mais a liberdade política sendo reprimida.

Como é possível ver no Art. 11 do Decreto-Lei nº228, de 28 de fevereiro de 1967:

Art. 11. É vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, racial ou religioso, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares.

Parágrafo único. A inobservância deste artigo acarretará a suspensão ou a dissolução do D.A. ou D.C.E. (BRASIL, 1967).

A perseguição foi legalizada com a presidência do General Costa e Silva em 1967. O cerco se fechou ainda mais e a repressão voltou a ser presente no dia a dia.

Contudo, foi em 1968, que a violência se tornou um fator constante. O AI-5 iniciava os anos de chumbo, os estudantes eram reprimidos, exilados, torturados, violentados e mortos. O governo assumiu a doutrina de uma guerra “revolucionária”, onde no país só existiriam apoiadores ou inimigos. E até o final da década de 1970, os movimentos estudantis passaram a agir na ilegalidade, com risco de morte constante. Dessa forma os movimentos foram silenciados, mas não extintos, até o surgimento de uma possível Anistia.

1.3 A busca pela Anistia e o papel do estudante universitário

A sociedade está em constante mudança, as motivações são variadas e para manter o controle social as leis se modificam de acordo com a realidade vigente. Dessa forma é possível concluir que o direito se modifica dentro das necessidades da sociedade e com a lei de Anistia no Brasil não foi diferente.

A palavra Anistia, em seu sentido jurídico, é um benefício concedido pelo Congresso Nacional por meio da Lei Federal, que apaga a pena e todas as suas consequências (TJDFT – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios). E ainda a Anistia é uma extensão do direito de graça (GONÇALVES, 2006), essa extensão foi utilizada em vários períodos da história brasileira, desde as capitânicas hereditárias até o presente momento, visto que a lei de Anistia de 1979 ainda é um assunto que sempre retorna por não ter tido um fim, pois, como apontou Waldenor Pereira numa audiência virtual sobre a Lei de Anistia em 30/08/2021.

A Lei de Anistia liberou os presos políticos e permitiu o retorno dos exilados, mas ela trouxe a impunidade aos torturadores. O fato de militares torturadores não terem sido julgados pelos seus crimes, a ditadura civil militar é uma ferida aberta que ainda sangra, mesmo que na segunda metade da década de 70 essa impunidade já fosse questionada. Neste subcapítulo a Anistia será analisada pela visão dos movimentos estudantis.

Após a promulgação do AI-5 o movimento estudantil foi desarticulado, apesar de ainda possuir resistência o Ato Institucional 5 foi um verdadeiro baque para os estudantes, universitários, professores e etc. As perseguições a essa camada da sociedade não se limitavam apenas aos militantes, mas também à família, amigos e outras pessoas próximas.

A perseguição e a tortura eram físicas, mas a tensão psicológica dos indivíduos que se voltavam contra o sistema ditatorial era um alvo estratégico, pois caso contrário eles os perseguidos, seriam então pessoas de seus convívios.

Essa articulação do contexto coletivo com o contexto pessoal, para Thompson, é indispensável, pois, elas se chocam constantemente e:

(...) propõem novos problemas e, acima de tudo, dão origem continuamente à experiência – uma categoria que, por mais imperfeita que seja, é indispensável ao historiador, já que compreende a resposta mental e emocional, seja um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento (1981, p.15).

Então o sujeito histórico é um sujeito individual, da mesma forma que o sujeito individual é um sujeito histórico dentro de uma coletividade. E durante o período ditatorial as pessoas que se opunham a ele compartilhavam dos mesmos medos e angústias. Mas apesar disso, mesmo durante os “anos de chumbo” houve resistências e reivindicações.

Desde o início da ditadura houve tentativas de frentes diferentes, como foi o caso de Tristão Athayde em seu programa de rádio católico em 1964, com a frente ampla em 1967, composta por João Goulart, Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek e no ano de 1968 com o deputado Paulo Macarini (MDB) apresentando um projeto de Anistia para a Câmara Federal (GONÇALVES, 2006).

Para Gonçalves (2006) quem conseguiu de fato pavimentar o caminho para Anistia foram as mulheres, principalmente com a atuação de Terezinha Zerbini:

Já em 1968, um grupo de mulheres conseguiu um espaço num colégio de São Paulo para receber donativos a serem enviados aos presos. Surgia o grupo *Mães de São Paulo*, espécie de embrião do *Movimento Feminino pela Anistia e Liberdades Políticas*, que viria a surgir em 1975 e a partir do qual se juntariam os exilados, ex-presos e organizações de direitos humanos (2006, p. 37).

As mulheres que partiram para essa luta utilizavam de suas posições, como classe despolitizada e dona do lar, para poder agir, além de que essas atividades possuíam inicialmente estratégias para não serem descobertas, como é o caso de não permitir aos ex-presos políticos e militantes.

Em 1978, é criado no Rio de Janeiro o Comitê Brasileiro de Anistia, por iniciativa do Movimento Feminino pela Anistia e Liberdade, essa frente agrupava outros setores da sociedade civil e lutavam pela Anistia, mas posteriormente suas pautas avançavam de acordo com as demandas que surgiam. O pedido de Anistia se tornava cada vez mais popular e passou a atingir outras frentes, como foi o caso da classe estudantil a partir de reuniões e encontros organizados (MEZAROBBA, 2003).

Após uma série de manifestações de diversas camadas da sociedade brasileira, o movimento foi além da Anistia e reivindicava abertura política e movimentos de diretas. Assim, em 28 de agosto de 1979, após várias discussões e contradições, como o caso de a Anistia abraçar os militares golpistas e torturadores, a lei foi aprovada. Nessa conjuntura, o movimento estudantil retorna e passa a aderir outras pautas em diversos lugares do país, inclusive Taubaté, temática que será abordada e analisada no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2 – SUJEITO E UNIVERSIDADE, DUAS CONTRADIÇÕES

Com o AI-5, a ditadura assumiu controle do Brasil e desmobilizou quase toda sociedade brasileira, opositores de esquerda, de direita e parte da Igreja, o controle das instituições passou a ser quase geral (Gaspari, 2014). E o que acontecia nos grandes centros urbanos do Brasil ecoavam para as cidades interioranas, e com Taubaté não foi diferente.

Instituições diversas assumiram essa forma de controle e repressão, como Marx sugere em seu conceito de superestrutura:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual (2007, p. 47)

E como a ditadura brasileira foi cívico-militar e teve apoio da classe empresarial dominante, ela tinha em mãos o controle das instituições. Assim, sendo a UNITAU uma autarquia⁶ municipal de regime especial⁷, tendo liberdade de administração e atuação a instituição tinha em mãos os mecanismos para a dominação dentro da superestrutura vigente. Contudo a UNITAU viveu fases antes de se tornar uma universidade e após a sua consolidação.

Da mesma maneira que o *status quo* refletia nas instituições, as manifestações também se estendiam para o município de Taubaté, com duas particularidades. O fim da década de 1970 marca o retorno da UNE, com seu 31º Congresso que foi chamado de “Congresso da Reconstrução” (MEMORIAL DA DEMOCRACIA, s/d), além de passeatas no início de 1977.

No jornal universitário, *A Toga*, da Faculdade de Direito de São José dos Campos, da edição de junho de 1979, um editorial apresenta como os universitários estavam tentando se reorganizar para agir contra o regime

⁶ Entidade pública que tem autonomia administrativa e presta serviço auxiliar ao estado (HOUAISS, 2015, p.105).

⁷ Autarquias de regime especial, são entidades públicas que possuem características próprias, como exemplo, mais autonomia administrativa (Santos, 2017)

ditatorial no qual o Brasil ainda estava acontecendo. Deste Editorial destaca-se o seguinte trecho:

Por isso e por tantos outros motivos estamos também solidários, com o artigo divulgado no O CANO, em que o presidente do Diretório Acadêmico de Engenharia (Beto) tece sérias críticas ao atual secretário geral da Fundação Valeparaibana de Ensino, Claudio Gomide. Naturalmente não estamos engajados nessa luta, mas acreditamos que um Secretário Geral de uma universidade não pode ser caracterizado pela omissão aos problemas estudantis (A TOGA, 1979).

A classe estudantil universitária estava com fôlego renovado. O ímpeto universitário também ecoava em Taubaté, de forma reduzida, pois, apesar de existir diálogo entre dos Diretórios Acadêmicos com a UNE e UEESP, por exemplo, as manifestações ocorridas na primeira metade da década de 1980 não eram passeatas grandes e nem mobilizou grande parte da população taubateana. Além das pautas serem mais voltadas para realidade de Taubaté do que nacionalmente.

A questão das pautas mais centralizadas é um fator da experiência do universitário taubateano, afinal, os indivíduos nunca agem de forma isolada do conhecimento histórico ou econômico (THOMPSON, 1981). Pois Taubaté e uma boa porcentagem das cidades do Vale do Paraíba possuem traços escravistas e elitistas que vem desde a colonização do Brasil e reflete nos sujeitos até os dias de hoje. E a Universidade de Taubaté também possuía suas peculiaridades em relação às instituições federais e estaduais.

O capítulo abordará como surgiu a UNITAU, passando pelo processo de Federação de Faculdades, além de apresentar algumas situações relacionadas a Prefeitura de Taubaté. Seguindo com a criação DCE e sua forma de agir e como se deu os desentendimentos entre universitário e universidade.

2.1 De Federações à Universidade

A UNITAU não nasceu como uma universidade, houve um processo de unificação das faculdades que existiam em Taubaté. De acordo com o relatório do pedido de autorização da unificação das faculdades, a UNITAU possuía seis estabelecimentos de ensino, sendo eles: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Taubaté, Faculdade de Direito de Taubaté, Faculdade de Ciências

Econômicas e Administrativas *Prof. Ulisses Vieira*, Escola de Engenharia de Taubaté, Faculdade de Serviço Social de Taubaté e Escola de Educação Física e Desportos de Taubaté, somando assim dezenove cursos reconhecidos.

Com a Lei Municipal nº 1416, de 3 de setembro de 1973 (São Paulo, 1973) as faculdades passaram a funcionar de forma integrada e após dois anos de preparação a Federação de Faculdades de Taubaté (FFT) encaminhou um pedido de autorização de instalação e reconhecimento da Universidade de Taubaté. No relatório do pedido o relator Conselheiro Paulo Gomes Romeo argumenta que a FFT já pretendia fazer modificações:

Pretende a Federação de Faculdades de Taubaté na instalação da Universidade introduzir modificações estruturais com extinção das atuais Faculdades e Escolas, que são autarquias de regime especial e substituí-las pela criação de três (3) centros integrantes de uma única autarquia de regime especial (Universidade de Taubaté), na forma prevista pela letra “b” do artigo 4º da Resolução nº 29 do Conselho Federal de Educação. (FFT, 1974).

Após a aprovação do Conselho Estadual de Educação, a prefeitura de Taubaté, a partir da Lei nº 1498, de 06 de dezembro de 1974 delibera a fundação da UNITAU, com um adendo ao Artigo 1º, que diz:

ARTIGO 1º - É criada a UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ, instituição municipal de ensino superior, sob a forma de autarquia educacional de regime especial.
PARÁGRAFO ÚNICO – A UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ, com sede na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo, goza da autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-científica e disciplinar (Taubaté, 1974).

Com o relatório e a lei municipal fica claro que desde a sua fundação, a UNITAU já possuía o interesse a possibilidade de atuar de forma autônoma, o que irá ocasionar, em seu regimento geral do ano de 1974, normas como o artigo 270 voltado aos diretórios acadêmicos:

Art. 270 – É vedada aos Diretórios qualquer ação, manifestação, ou propaganda de caráter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares/ ou atividades extra-escolares. (UNITAU, 1974).

Essa arbitrariedade dialoga com o momento no qual o Brasil estava passando na década de 1970, contudo havia suas próprias subjetividades e o artigo

apresentado não apresenta toda as relações entre instituição e o sujeito (que no caso seria os universitários que integram o diretório acadêmico), como Thompson afirma:

Os fatos estão ali, inscritos no registro histórico, com determinadas propriedades, mas isso não implica, de certo, uma noção de que esses fatos revelam seus significados e relações (conhecimento histórico) por si mesmos, e independentemente dos procedimentos teóricos. (THOMPSON, 1981, p. 37).

Analisar somente um fato sem fazer o diálogo com outras fontes não permite com que possa entender a complexidades das ações do homem, além do que a UNITAU teve estatutos atualizados com o decorrer dos anos, e nestes estatutos a participação estudantil foi se ampliando de forma bem gradual, como a criação do Diretório Central dos Estudantes.

Por fim, com as questões jurídicas já encaminhadas e aprovadas pela prefeitura de Taubaté, faltava o reconhecimento do Conselho Estadual de Educação. A análise do reconhecimento da UNITAU e da aprovação do regimento reflete a situação política brasileira no final dos anos de 1970.

No capítulo oitavo do Regimento Geral, é discutido o regime disciplinar. Destaca-se o Artigo 310 que visa:

(..) assegurar, manter e preservar a boa ordem, o respeito, os bons costumes e preceitos morais, de forma a garantir a harmônica convivência entre docentes e discentes e a disciplina indispensável às atividades universitárias. (UNITAU, 1974)

O artigo 310 apresenta de forma subjetiva o que a universidade entende como boa ordem, com isso poderia julgar como não harmônica o que quisessem, o que ocorreu na década de 1980.

O sentido de disciplina que a universidade quer passar são os mesmos dos anos de chumbo e da cultura conservadora taubateana, afinal Taubaté possui raízes escravocratas e oligárquicas, devido a sua ligação com as grandes fazendas de café, e a universidade é taubateana. Como pode ser notado no Artigo 313 sobre infração disciplinar:

e) perturbação da ordem ou ato de indisciplina ou insubordinação;
 g) desrespeito ao Reitor, aos Pró-Reitores, aos Coordenadores de Centro, Chefes de Departamento, aos colegas e à dignidade do magistério;
 m) imputação, por palavras e atos, de fatos ofensivos à reputação da Universidade, dos Centros, dos Departamentos e dos seus órgãos de administração. (UNITAU, 1974)

As leis, a moral e os costumes não são imutáveis, a cultura se manifesta e se modifica com o ambiente, as pessoas, os regimes políticos etc., e lembrando do parágrafo único do artigo 1º da UNITAU, ela tem autonomia disciplinar, podendo decidir o que é perturbação ou não. E as instituições estaduais se alinhavam com essa linha mais autoritária, como diz o relatório do Conselho Estadual de Educação sobre a aprovação do Regimento Geral. No parágrafo 30 há a seguinte afirmação:

30. O Regimento de Taubaté, no seu Título VII, ocupa-se do regime disciplinar (artigos 310 a 329), visando assegurar, manter e preservar a boa ordem, o respeito, os bons costumes e preceitos morais, com a cooperação ativa dos professores, alunos e servidores.
 Não só define as infrações, caracterizando-as perfeitamente, como também disciplina as penalidades aplicáveis ao corpo docente (artigos 315 a 320), no corpo discente (artigos 321 a 326) e ao administrativo (art. 329), além de explicitar sobre a sua imposição. (CEE, 1974)

Havia um consenso no *modus operandi* em relação às instituições de cunho educacional ligadas a federação. Mesmo com o Regimento Geral de 1976, que possuía algumas atualizações e mudanças, a estrutura autoritária permanecia, como o artigo 314 do mesmo regimento demonstra:

Art. 314 – Além das normas disciplinares previstas neste Regimento Geral, ficam ainda os membros do corpo docente, discente e administrativo sujeitos às determinações contidas nas portarias do Ministério da Educação e Cultura, às de legislação federal, que disciplinam a matéria, e ainda a legislação municipal referente ao pessoal docente e administrativo. (UNITAU, 1976)

O artigo 314 deixa claro que além de ficar à mercê de decisões subjetivas da instituição, os alunos e demais funcionários deveriam ficar alertas com possíveis mudanças que poderiam vir a acontecer. Apesar do alvo estar colado nas costas de todos, o corpo discente ainda permanece como foco. Inclusive os diretórios estudantis.

2.2 Diretório Central de Estudantes e a representação estudantil

A representação estudantil dentro da Universidade de Taubaté surge já no regimento geral do ano de 1974, mas com restrições, principalmente políticas. A Universidade de Taubaté apresenta o Diretório Central de Estudantes (DCE) no artigo 272:

Art. 272 - Na Universidade haverá um Diretório de âmbito universitário, denominado Diretório Central de Estudantes (DCE), para congregar os alunos regulares, o qual poderá desdobrar-se em Diretórios específicos, denominados Diretórios Acadêmicos, correspondendo cada um a um centro. (UNITAU, 1974).

À primeira vista, não aparenta ter nenhum tipo de restrição, pois o DCE possui como característica o protagonismo universitário. Contudo, alguns artigos seguintes começam a dar as caras da repressão que a classe estudantil sofreu na década de 1970. Como exemplo o artigo 274:

Art. 274 – É vedada aos Diretórios qualquer ação, manifestação, ou propaganda de caráter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares/ ou atividades extra-escolares. (UNITAU, 1974).

O artigo 270 é uma clara mostra do limite no qual os estudantes poderiam agir, e este mesmo artigo possui ainda um parágrafo único:

Parágrafo único - A inobservância deste artigo acarretará a suspensão ou a sua dissolução. (UNITAU, 1974)

As ações políticas, tanto as partidárias, quanto aquelas que não são vinculadas a partidos, são liberdades fundamentais a qualquer cidadão. Esse impedimento que vinha da Universidade de Taubaté, também vinha do governo cívico ditatorial. Não era uma novidade no dia a dia dos brasileiros.

Além do DCE, a representação estudantil aparecia em órgãos colegiados, ou seja, de forma coletiva e através do voto. A intenção da representação para a universidade era de:

Parágrafo único - A representação dos discentes terá por objetivo a cooperação entre administradores, professores e alunos, nas atividades universitárias de qualquer natureza. (UNITAU, 1974)

A UNITAU não possuía a intenção clara de permitir a representação estudantil para a autonomia dos universitários, mas sim para agir de forma amigável e tentar fazer com que o aluno se alinhasse às suas decisões. Não era uma democracia, era uma autarquia.

No ano de 1976, a UNITAU apresentou um novo regimento geral, com poucas mudanças em relação a assuntos do DCE e representação estudantil. Uma das mudanças notáveis é o que diz o artigo 277. No regimento de 1974 diz:

Art. 277 - Os membros do Diretório Central de Estudantes e dos seus desdobramentos no Diretórios Acadêmicos serão eleitos por meio de voto secreto e direto de todos os alunos regulares da Universidade, no caso do DCE, e dos alunos do Centro ou Centros respectivos, no caso dos Diretórios Acadêmicos, em pelo menos duas chapas distintas, votadas no mesmo escrutínio, observados os seguintes princípios (...). (UNITAU, 1974)

Nesse artigo, diferente de outros apresentados no regimento, não há nada de absurdo, contraditório ou repressivo. Contudo, na atualização do regimento, este artigo tem algumas “singelas” mudanças:

Art. 277 - Os membros do Diretório Central de Estudantes serão eleitos por meio de voto secreto, em eleição indireta, através de delegados eleitos nos Centros. Os membros dos Diretórios Setoriais serão escolhidos por voto secreto e direto de todos os alunos regularmente matriculados nos respectivos Centros, em, pelo menos, duas chapas distintas votadas no mesmo escrutínio, observados os seguintes princípios (...). (UNITAU, 1976)

A eleição anteriormente era direta, após a atualização do regimento, a eleição passou a ser de forma indireta. Durante o período da Ditadura Civil-Militar a população brasileira passou a vivenciar eleições indiretas para a escolha do Presidente, a primeira foi realizada já em 1964 após a deposição de João Goulart.

O regimento da UNITAU foi criado doze anos após o golpe, não foi possível encontrar uma argumentação a respeito dessa mudança, dessa forma não há como afirmar a motivação da mudança.

Com os dois regimentos mostrando uma postura de falsa democracia, o retorno das manifestações estudantis pelo país, o futuro descontentamento dos

universitários com a universidade fará com que, inevitavelmente, um embate aconteça.

2.3 Década de 1980: escalonamento do conflito

A juventude e a contestação possui uma articulação que tende a radicalizar o sentimento de rejeição e revolta (Foracchi,2018), e quando essa juventude está dentro de um ambiente onde o conhecimento é adquirido de forma mais fácil (visto que o conhecimento acadêmico não atinge todas as camadas da população) e a conjuntura externa é de ascensão da busca pela democracia e por outros direitos básicos, cria-se a receita perfeita para novos atritos.

O Relatório de Atividades do ano de 1986, que foi redigido pelo, então, reitor Walter Thaumaturgo Junior aponta logo na apresentação do documento a seguinte afirmação:

Face a esse quadro instável à nível nacional na busca de definição de uma Política Nacional de Educação Superior, veio se aliar em 1984 uma situação local de controvérsia e desentendimentos que, mercê de Deus, não ultrapassou os acordos natalinos e o soar dos sinos que anunciaram o alvorecer de 1985. A concórdia começou a raiar na aurora de janeiro, num prenúncio de que 1986 seria o ano internacional da paz. (UNITAU, 1986)

As manifestações universitárias ecoavam na UNITAU e, para um reitor iniciar o relatório já com essa afirmação, houve um grande impacto dentro deste contexto. Dessa forma, analisando documentos da imprensa taubateana foi possível identificar que a UNITAU passava por diversos tipos de crises desde o início dos anos de 1980.

Na edição do dia 13 de maio do jornal *Diário de Taubaté*, a capa apresenta duas notícias sobre manifestações universitárias:

Figura 2 – Protesto de alunos



Fonte: Diário de Taubaté, 13 mai. 1980 (CDPH/UNITAU).

O barulho que os estudantes estavam conseguindo fazer atingiu a mídia taubateana. Pois na edição do Diário de Taubaté do dia 13 de maio de 1980, destacou em sua capa, duas reportagens sobre os movimentos estudantis dos universitários da UNITAU.

Descrição da notícia dos alunos de Arquitetura:

Alunos da Arquitetura, em greve, recebe, a solidariedade da UEE

Pelo menos até o final desta semana, os alunos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Unitaú permanecerão em greve. Eles estão dando continuidade ao movimento dos 27 professores que paralisaram suas atividades no último dia 6, em protesto contra a demissão da professora Sonia Barros e <aos critérios indevidos utilizados para a contratação de profissionais> (...).
(DIÁRIO DE TAUBATÉ – EDIÇÃO REGIONAL, TAUBATÉ, 13 DE MAI. DE 1980)

Os alunos de arquitetura estavam a par dos problemas que os professores estavam passando, e se posicionando a favor do corpo docente, se organizando para ajudá-los. Essa organização atingiu a UNE e a UEESP, como segue a notícia com a carta da União Estadual dos Estudantes:

<UNIÃO ESTADUAL DOS ESTUDANTES – São Paulo, 9 de maio de 1980.

A União Estadual dos Estudantes de São Paulo e a União Nacional dos Estudantes vêm a público solidarizar-se com a luta dos companheiros (alunos e professores) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Taubaté e conclamar todos os setores da sociedade, principalmente desta cidade, a apoiarem esta luta, que no fundamental visa a melhoria do ensino em nosso Estado e no País, questão de interesse de todo o povo brasileiro.

Repudiamos todas as atitudes arbitrárias da diretoria dessa escola quando impede, na prática, uma maior participação da comunidade universitária, demitindo professores e impedindo a livre organização dos estudantes.

A UEE/SP e a UNE se comprometem no acompanhamento, divulgação e participação de todas as formas possíveis na luta dos estudantes de Taubaté, e convida a todos a participarem da caravana à Brasília, que sairá no dia 20/05 de São Paulo, quando manifestaremos nossas reivindicações ao Ministro Eduardo Portella.

- TODO APOIO À GREVE

- PELO IMEDIATO ATENDIMENTO DAS REIVINDICAÇÕES DOS COMPANHEIROS DE TAUBATÉ.

União Estadual dos Estudantes – Marcos Galvão – Vice-Presidente
União Nacional dos Estudantes – Ruy Cesar Costa e Silva – Presidente

(DIÁRIO DE TAUBATÉ – EDIÇÃO REGIONAL, TAUBATÉ, 13 DE MAI. DE 1980)

O apoio da UEE e da UNE aponta para duas questões que valem a análise: o quão unido estava a classe estudantil e universitária, afinal nos anos de 1980 a informação demorava mais para circular do que agora no século XXI, e o alcance dos movimentos estudantis da classe universitária taubateana.

Esse alcance se vê na mesma página do Diário de Taubaté que possui mais uma notícia sobre uma outra manifestação dos universitários da UNITAU:

Nova Crise na Unitau: o protesto dos alunos de Física e Matemática

Enquanto os alunos da Arquitetura continuam seu movimento de greve (vide matéria ao lado), os alunos dos cursos de Física e Matemática redigiram uma carta aberta, explicando o que é que está errado na Unitau, na área que lhe diz respeito.

Eles alegam falta de condição de frequentarem as aulas, sem laboratórios e biblioteca específica e protestam contra os altos índices de aumento das mensalidades. (...).

(DIÁRIO DE TAUBATÉ – EDIÇÃO REGIONAL, TAUBATÉ, 13 DE MAI. DE 1980)

Analisando as duas matérias vemos que em um curso os alunos manifestavam pela demissão de uma professora, já na outra são demandas estruturais, do curso e da mensalidade. A crise da UNITAU na década de 1980 atingiu diversos polos e as pautas levantadas eram as mais diversas. Outro fator a ser observado na primeira matéria é a participação de alguns professores nas manifestações, dando a entender que a classe docente também se posicionou de acordo com seus interesses e de acordo com as pautas levantadas.

É difícil afirmar quando o levante estudantil se iniciou dentro da UNITAU, contudo dos anos de 1980 a 1984 houve um escalonamento de pautas, levando como base a fonte da imprensa Diário de Taubaté. Além dos atritos com a comunidade universitária, havia também desentendimentos com a prefeitura de Taubaté, que, apesar de não ser o tema central deste trabalho, é uma informação relevante para entender a conjuntura do momento.

O jornal *A Voz do Vale*, em 31 de outubro de 1984, publica a notícia com a seguinte chamada: “Reitor da UNITAU rompe com o prefeito”, dos trechos da matéria destaca-se a seguinte afirmação do reitor Walter Thaumaturgo Junior:

(...) Sempre desejei a união dos poderes constituídos de minha cidade trabalhando de forma uníssona e harmoniosa para o bem de Taubaté.

Confiei e acreditei nos ideais do Prefeito de Taubaté, Prof. José Bernardo Ortiz.

Essa confiança permitia supor que se houvesse momentos de dificuldades, certamente haveria união em defesa dos ideais, com amparo e proteção recíprocas.

Ledo engano (...). (A VOZ DO VALE, TAUBATÉ, 31 OUT. 1984)

A década de 1980 em Taubaté é marcada por atritos dos mais variados tipos, a confiança nas instituições e na classe política não eram casos isolados, pois o Brasil vivia os anos finais da ditadura civil-militar e as máscaras não se sustentavam como antes. E a classe universitária se movimenta de acordo com seus interesses pessoais e coletivos. Thompson (1981), afirma que quando há esse diálogo entre o ser social e a consciência social dá-se origem a experiência. Assim, como qualquer classe social e qualquer sujeito, há contradições em suas ações, receios, desejos, revoltas, fatores indispensáveis para compreender a complexidade do ser histórico.

O último capítulo abordará alguns dos diversos embates que ocorreram em Taubaté, entre UNITAU e universitários, analisando documentações dos próprios estudantes e documentos da universidade. Além de tratar de uma das mobilizações que mais teve repercussão, o boicote de mensalidades.

CAPÍTULO 3 – O MOVIMENTO DE ESTUDANTES

A década de 1980 se mostrou um período de muitas mudanças e contradições. A Anistia se mostrou uma forma de absolvição não só dos torturados, presos políticos e exilados, mas também dos torturadores. Em Taubaté, a autarquia municipal de regime especial não se entende com o município. E os universitários da UNITAU não eram diferentes.

Dentro do contexto de reivindicação, os alunos de Engenharia Civil redigiram uma carta no dia 03 de novembro de 1980 ao Reitor, ao Chefe de Departamento e aos Professores:

(...) Somos vítimas e réus da situação em que se encontra o ensino no Brasil. Vítimas de professores mal preparados e réus pela pouca vontade que demonstramos em aprender e nos aperfeiçoar. Porém não vemos em piores circunstâncias em relação aos alunos de outras escolas de engenharia, pois embora reconheçamos nossas deficiências, o desastre é geral, daí deploramos aqueles que achincalham o nosso curso, enaltecendo outros de igual ou pior qualidade. (...) (ALUNOS DE ENGENHARIA CIVIL [CARTA ABERTA], 1980)

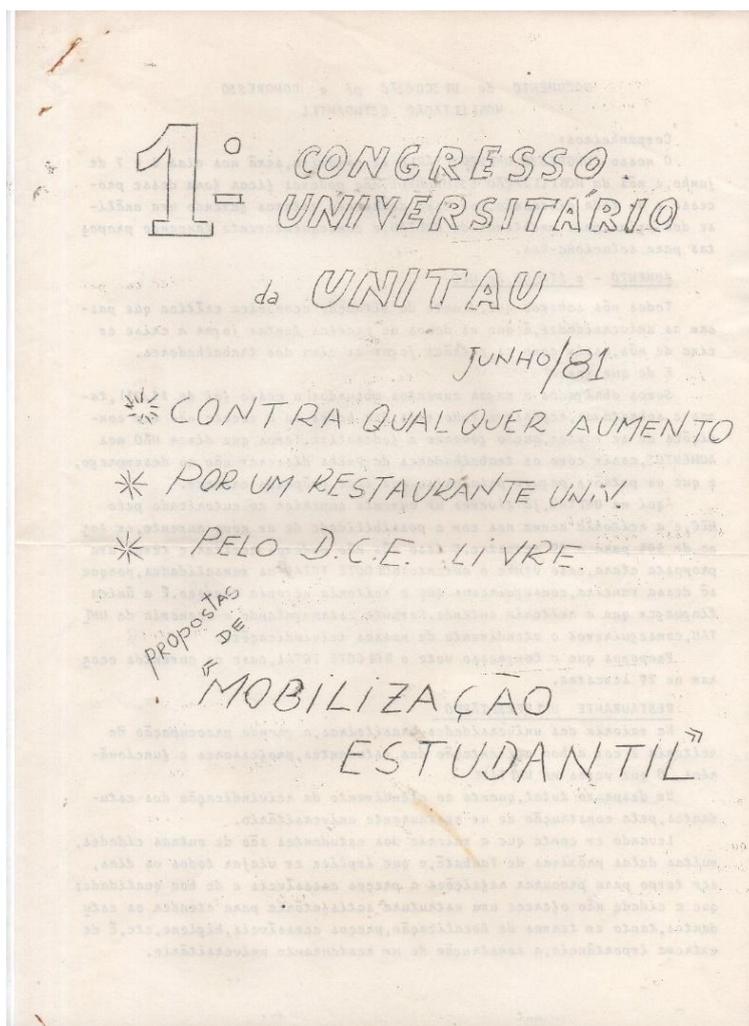
O tom da carta é de tentativa de diálogo e, também, uma forma de olhar para os próprios erros, é a contradição em querer condições melhores, mas entendendo que a parte acadêmica também é necessária. A consciência do sujeito experimenta suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses como antagonismos (Thompson, 1981) ou seja, a contradição existe e foi notada por esse grupo de alunos. Ao mesmo tempo que a contradição não invalida suas críticas e exigências.

Outro aspecto que vale ressaltar é como as pautas dos Centros Acadêmicos foram tentando ser unificadas, afinal a instituição é a mesma, a experiência do sujeito mescla a cultura universitária de Taubaté. Sobre a relação entre cultura e experiência:

E verificamos que, com “experiência” e “cultura”, estamos num ponto de junção de outro tipo. Pois as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas com ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem alguns praticantes teóricos) como instinto proletário, etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (E é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral. (Thompson, 1981, p.189)

O sujeito histórico é um ser humano completo, um ser animalesco e racional, que busca suas próprias vantagens, mas concilia com um *bem maior*, coletivo. Dentro dessa perspectiva temos a criação do 1º Congresso Universitário da UNITAU em junho de 1981, as pautas dos diversos cursos se alinham em busca de melhorias:

Figura 3 – Divulgação do 1º Congresso Universitário da UnitaU (jun.1981)⁸



Fonte: (CDPH/UNITAU)

Apesar de não ter sido possível encontrar mais documentos e informações sobre esse congresso, o cartaz retrata bem como os estudantes buscavam uma pauta unificada para agregar força e pressionar a universidade.

As reivindicações diferentes e constantes, somado com a situação da classe estudantil a nível nacional, fizeram com que os estudantes da UNITAU continuassem a se organizar.

3.1 Único Diálogo: Boicote

Com o avanço das crises na UNITAU as manifestações passaram a ficar mais recorrentes e assim os universitários se organizaram cada vez mais. A

⁸ O documento está incompleto, possuindo apenas esta página. O verso do documento trata de forma mais trabalhada as propostas presente na capa do cartaz.

ação passou a ser mais unificada, mas não completamente, a mais antiga encontrada é da data de 01 de novembro de 1980, em uma reunião da Regional do Vale do Paraíba:

Figura 4 – Relatório da reunião da Regional do Vale do Paraíba (UEE)

REUNIÃO DA REGIONAL DO VALE DO PARAIBA (UEE) DO DIA 01 DE NOVEMBRO DE 1980.

Informe das Entidades

Lutas que estão sendo travadas em Guaratinguetá:

- * pelo fim do jubramento
- * por mais verbas para a UNESP
- * por 1/5 de representação discente nos órgãos colegiados.

Taubaté:

UNITAU- A maior mobilização da UNITAU esta sendo para as eleições do DCE.

MEDICINA- Os professores estão 3 meses sem receber e os funcionários a 1 mes, o hospital está sem verba para continuar se mantendo.

Em vista disto foi realizada uma Assembléia que se deliberou o seguinte:

- * boicote as mensalidades de novembro
- * que se marque o vestibular para 81
- * garantia de residência a todos os alunos da faculdade
- * verbas para o Pronto Socorro
- * curriculo reformulado de acordo com os interesses dos estudantes

Foi realizado uma concentração em frente a diretoria com participação de 200 alunos onde foram encaminhadas estas reivindicações ao diretor.

Deliberações da Reunião

Pelo pequeno número de entidades presentes deliberou-se apenas aonde será a sede da Regional que ficou decidido ser em Taubaté por ser esta cidade de maior concentração estudantil do Vale do Paraíba.

Próxima reunião dia 22/11 às 15:00hs na Sede Social do DAFEG (R. Flaminio Lessa, 181 - Guaratinguetá)

Pauta

- * Informe e Avaliação das lutas
- * Recepção de calouros
- * atividades conjuntas (Esportes, Cultural, Imprensa)

Entidades presentes:

Comunicação	- UNITAU
Arquitetura	- UNITAU
Mecânica	- UNITAU
Medicina	- TAUBATÉ
FEG	- GUARATINGUETÁ

Todos a próxima reunião !!!

O documento acima, relata algumas pautas e deliberações, mas, principalmente as entidades presentes. Os cursos de Comunicação, Arquitetura, Mecânica e Medicina marcaram presença nesta reunião. Ou seja, havia uma aproximação entre os cursos, apesar de que haja diferenças nas reivindicações, quando analisamos este processo como um todo é possível notar uma regularidade, como Thompson afirma:

O conceito de história como processo suscita imediatamente as questões da inteligibilidade e intenção. Cada evento histórico é único. Mas muitos acontecimentos, amplamente separados no tempo e espaço, revelam, quando se estabelece relação entre eles, regularidades de processo. (Thompson, 1978, p.97)

O processo de manifestações dentro de cada departamento e de cada curso, se for analisado de forma individual haverá muitas peculiaridades, mas apesar delas, fica claro que as ações dos universitários colidem em um mesmo foco: descontentamento com a Universidade de Taubaté e com a situação política do Brasil.

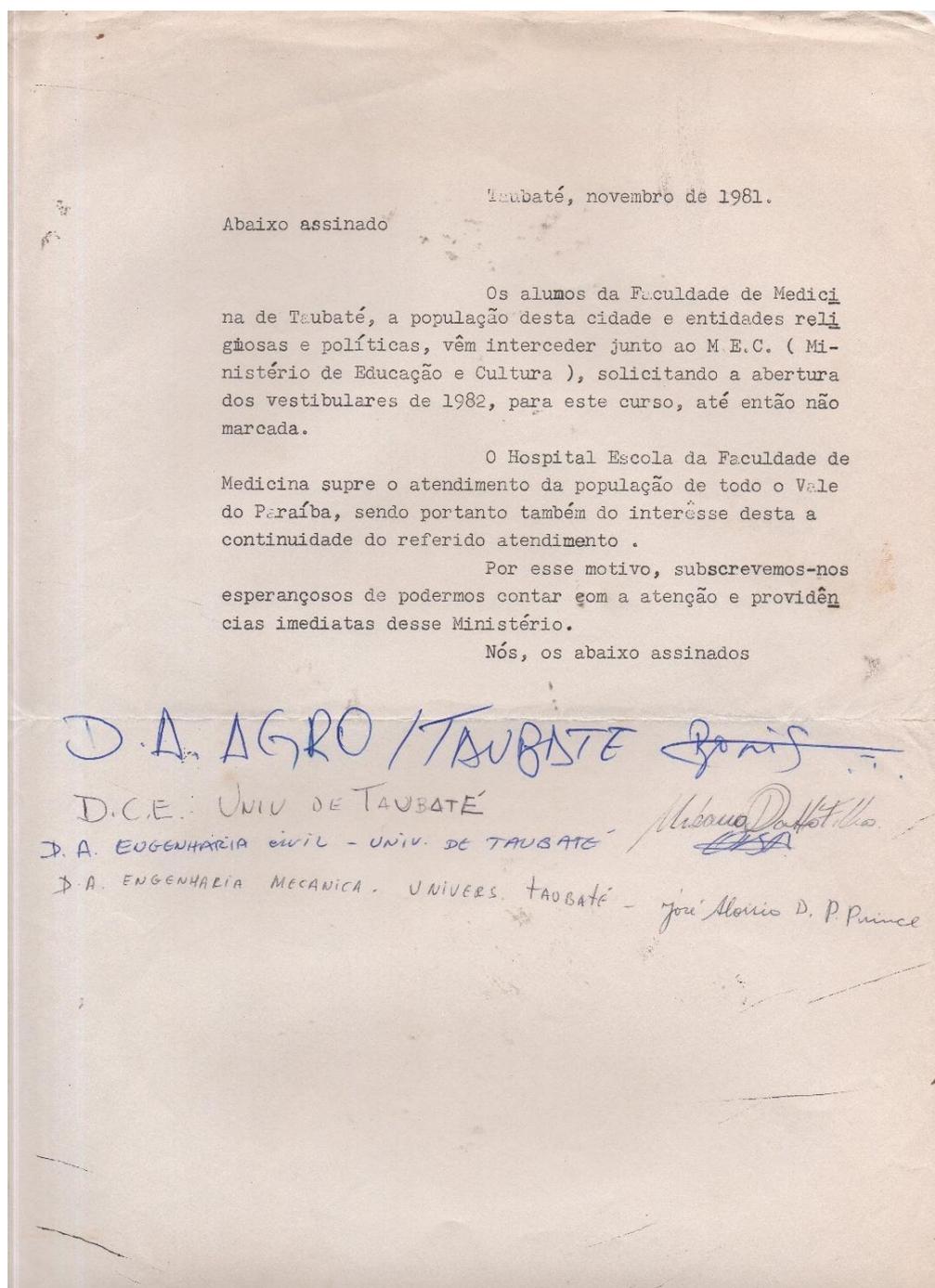
Retornando a figura 3, apresentada anteriormente, o documento sobre o 1º Congresso Universitário da UNITAU, apresenta propostas de mobilização estudantil organizada que atingem os universitários envolvidos nessas manifestações. Neste documento, que possui outras páginas, propostas como o fim do aumento da mensalidade, restaurante universitário, eleições diretas para reitor, melhorias das salas de aulas, laboratórios e bibliotecas, extinção do DOI-CODI⁹ e apoio à greve geral de outubro de 1981, são alguns exemplos do direcionamento que o Diretório Central de Estudantes de Taubaté estava tentando alcançar.

Essa união da classe estudantil também dava força para a tentativa de resolução dos problemas de C.A. específicos, como aconteceu com o abaixo assinado para a abertura dos vestibulares de medicina, onde os DA de Agronomia, Engenharia Civil, Engenharia Mecânica e o DCE UNITAU assinaram. Essa escolha ao apoiar outros departamentos se torna algo certo e

⁹ DOI CODI - Departamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa : Foi um departamento de inteligência ligado ao Exército durante o governo ditatorial de 1964, que tinha como objetivo centralizar e organizar toda a violência e repressão contra adversários políticos e críticos do regime. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/doi-codi-a-maquina-de-torturar-e-matar>. Acesso em: 22 set. 2023.

determinado pelo senso comum dos sujeitos, em relação às necessidades e/ou utilidades (Thompson, 1981, p.96). Afinal, o papel da universidade é trazer retorno à população, e os universitários fazem parte da população, então não é de surpreender que esses laços foram se firmando. Abaixo um exemplo de documento que mostra o apoio dos diversos centros estudantis:

Figura 5 – Abaixo-assinado dos alunos da Faculdade de Medicina.



Fonte: (CDPH/UNITAU)

O documento apresenta um abaixo assinado dos alunos de medicina que reivindicava a abertura de turmas novas de medicina. Esse documento possui o apoio dos DAs de Agronomia, Engenharia Civil e Engenharia Mecânica, além do DCE.

Apesar dessas reivindicações se iniciarem nos anos de 1980 e 1981, elas não pararam, pois no ano de 1984 os protestos dos universitários não cessaram, isso porque não foram resolvidos os problemas apresentados. É claro que, os problemas não se resolvem de um dia para o outro e as causas não vem de um fator, Thompson afirma que ao encarar a História definida por setores, deixamos de lado a sua totalidade (1984, p.82), dessa forma, o problema que a universidade passava, também era visto na prefeitura de Taubaté, no estado de São Paulo e no Brasil. Contudo, o foco deste trabalho é analisar somente a relação entre sujeito e universidade, sabendo que há mais camadas para a crise.

Os universitários da UNITAU realizaram diversas assembleias entre os diretórios acadêmicos e diretório central do estudante, pedidos formais à reitoria da universidade, cartas abertas, mas dois movimentos que se destacam, tanto pelo contexto, quanto pela quantidade de envolvidos, foram o boicote das mensalidades. Apesar de não haver o ano explícito nos documentos analisados, ao cruzar com documentos oficiais da Unitau, é possível supor que houve tentativas de boicote em 1981.

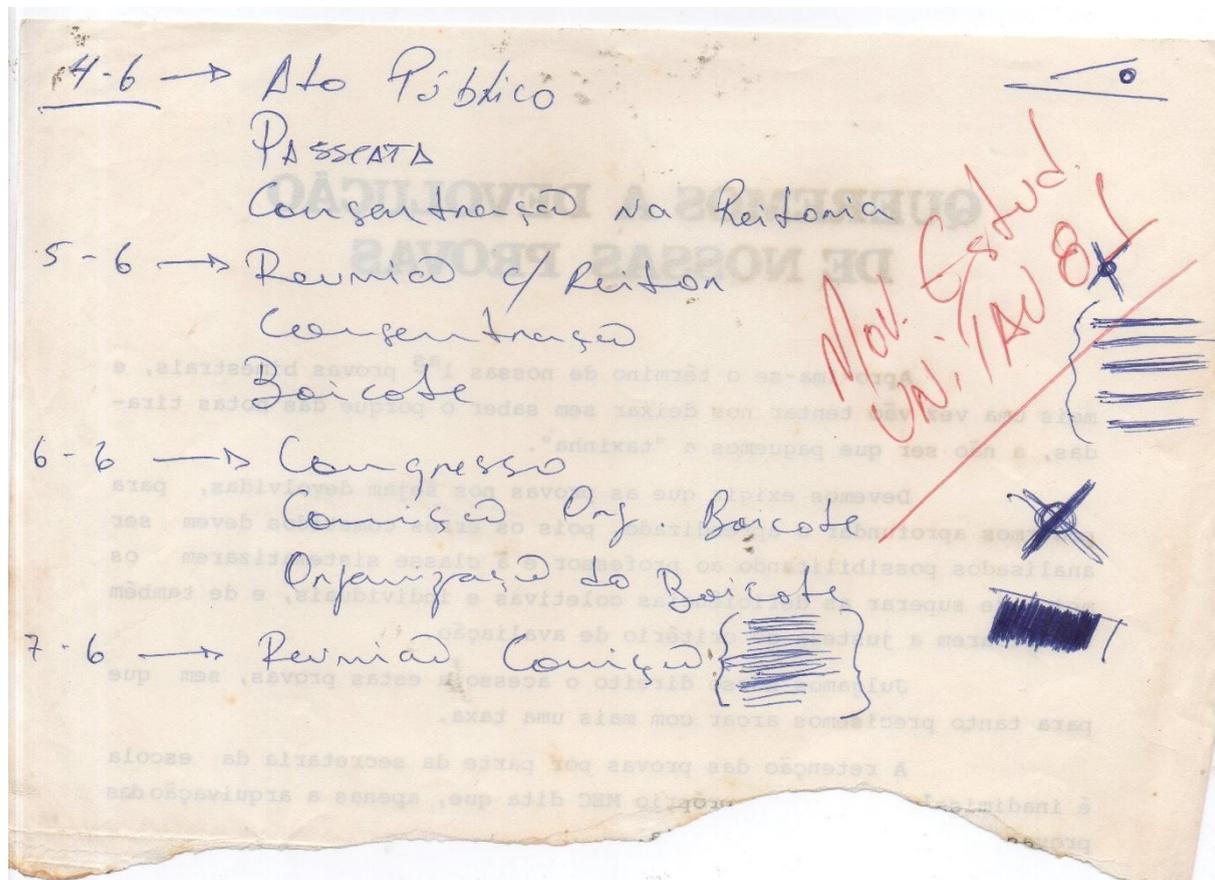
O DCE publicou um informativo convocando os estudantes para uma greve geral com propostas que seguiam as reivindicações da UNE, mas principalmente contra o aumento da mensalidade. Este documento redigido pelo DCE não informa sobre boicotes de forma específica:

O que vemos hoje em nossa universidade, é que se criou um clima insuportável, na qual é a reitoria que nos impõem AUMENTOS ARBITRÁRIOS, COBRA TAXAS COMPLETAMENTE ILEGAIS, IMPEDE O DIREITO DEMOCRÁTICO DAS ENTIDADES ESTUDANTIS EXERCEREM SUAS FUNÇÕES, e isso aliado aos demais problemas que hoje afligem a todos os estudantes do país, é que está colocada a plataforma de reivindicações, e VOCÊ NÃO PODE FICAR SEM POSIÇÃO, TEMOS QUE COMEÇAR A LUTAR, se nós não lutarmos, ninguém lutará por nós. (DCE, 1981)

As motivações são claras neste trecho, os estudantes se viram motivados a buscar alguma alternativa que pudesse reverter a situação de

aumentos e autoritarismo. Contudo, outro documento mostra que um boicote já era algo tratado como possível:

Figura 6 – Rascunho de ações para a manifestação em 1981.



Fonte: (CDPH/UNITAU)

Os universitários preparam mais movimentos de acordo com as possibilidades de resposta da Universidade de Taubaté, um escalonamento claro até atingir os objetivos.

Antes do boicote acontecer de fato, de acordo com uma carta do DCE o ato público marcado ocorreu com a presença de quase 1500 que seguiram até a reitoria para tentar dialogar, porém o reitor pediu proteção policial e fugiu do local:

Figura 7 – Carta de boicote das mensalidades da UNITAU.¹⁰

BOICOTE: NOSSA FORMA DE LUTA

Companheiros:

Estamos hoje vivendo dias de grande mobilização e luta dentro de nossa Escola depois da Reitoria ter baixado o Regimento que impede vários de nossos colegas de assinarem as listas de presença. Nós estudantes da UNITAU saímos à luta por não podermos mais aceitar as arbitrariedades impostas pela direção da Escola. Frente a este problema foi realizado dia 04/06 um ato público na Praça da Eletro, saindo posteriormente em passeata até a Reitoria, que por sinal estava fechada mesmo depois de avisada por carta. Diante da situação resolvemos voltar no dia seguinte para tentar, mais uma vez, dialogar com a Reitoria. Realizou-se então uma reunião, onde a intransigência da Reitoria, sem uma resposta convincente a diretoria do DCE apresentou pessoas estudantes, que já estavam concentrados no pátio do prédio, o resultado desta reunião. Estes não satisfeitos passaram a exigir uma resposta verbal do Reitor, assim como a sua presença. Infelizmente isto não aconteceu, mostrando toda a sua incompetência, / omissão e negligência frente aos problemas levantados.

Apesar do caráter pacífico da manifestação, o Reitor pediu proteção policial e saiu, sarrateiramente, pela porta dos fundos sob protestos dos quase 1.500 alunos que gritavam em uníssono:

"SAIU DE CÂMBURÃO, SÓ PODIA SER LADRÃO"

Depois do lamentável ocorrido, que deixou bem claro qual é o tratamento que a Reitoria tem para com os alunos, não podendo mais ficar parados e aceitar tanta humilhação, todos os estudantes presentes aprovaram indicativamente o BOICOTE, que posteriormente foi referendado pelo Congresso, entendendo ser esta a única forma de luta capaz de solucionar o problema e forçar a "cúpula" desta Universidade a se preocupar e dar soluções imediatas a todas as questões que estão pondo centenas de colegas nossos fora da Universidade.

Fonte: (CDPH/UNITAU)

¹⁰ O documento possui mais páginas, contudo estão borradas e de difícil entendimento, dessa forma optou-se analisar somente esta primeira página.

Na carta, os manifestantes viam o boicote contra a UNITAU, como única forma de resolver o problema. A tentativa de diálogo, assembleias, cartas abertas, abaixo-assinados, matérias de jornal não causaram o efeito desejado.

A movimentação estudantil relatada impressiona pela quantidade de universitários envolvidos na causa. De acordo com o documento 1500 alunos caminharam em direção a Reitoria para cobrar mudanças. O impacto dessa manifestação é tamanha que fez com que o Reitor fosse escoltado pela polícia.

A fuga mostra o quanto a universidade estava disposta a tentar ignorar os estudantes, mesmo com o movimento crescendo. Mas se ignorar não foi possível, a resposta passou a ser outra.

3.2 A resposta da universidade

As divergências entre universitários e universidade são energias opostas se colidindo, o conflito entre duas classes distintas cria uma “energia” que impulsiona o processo histórico (Thompson, 1981, pg. 120). Ou seja, a ação universitária possuía um contraponto, a ação da universidade.

Os estudantes partiram primeiro pelo diálogo, depois por pressões coletivas e por fim boicotes, a reitoria da UNITAU e os chefes dos departamentos, agiram de forma inversa. Agir de forma arbitrária no primeiro sinal de descontentamento, é, de certa forma, tentar “cortar o mal pela raiz”, o silenciamento esconde e faz recuar os revoltosos. Mas poderia justificar atos mais violentos e manchar o nome da instituição.

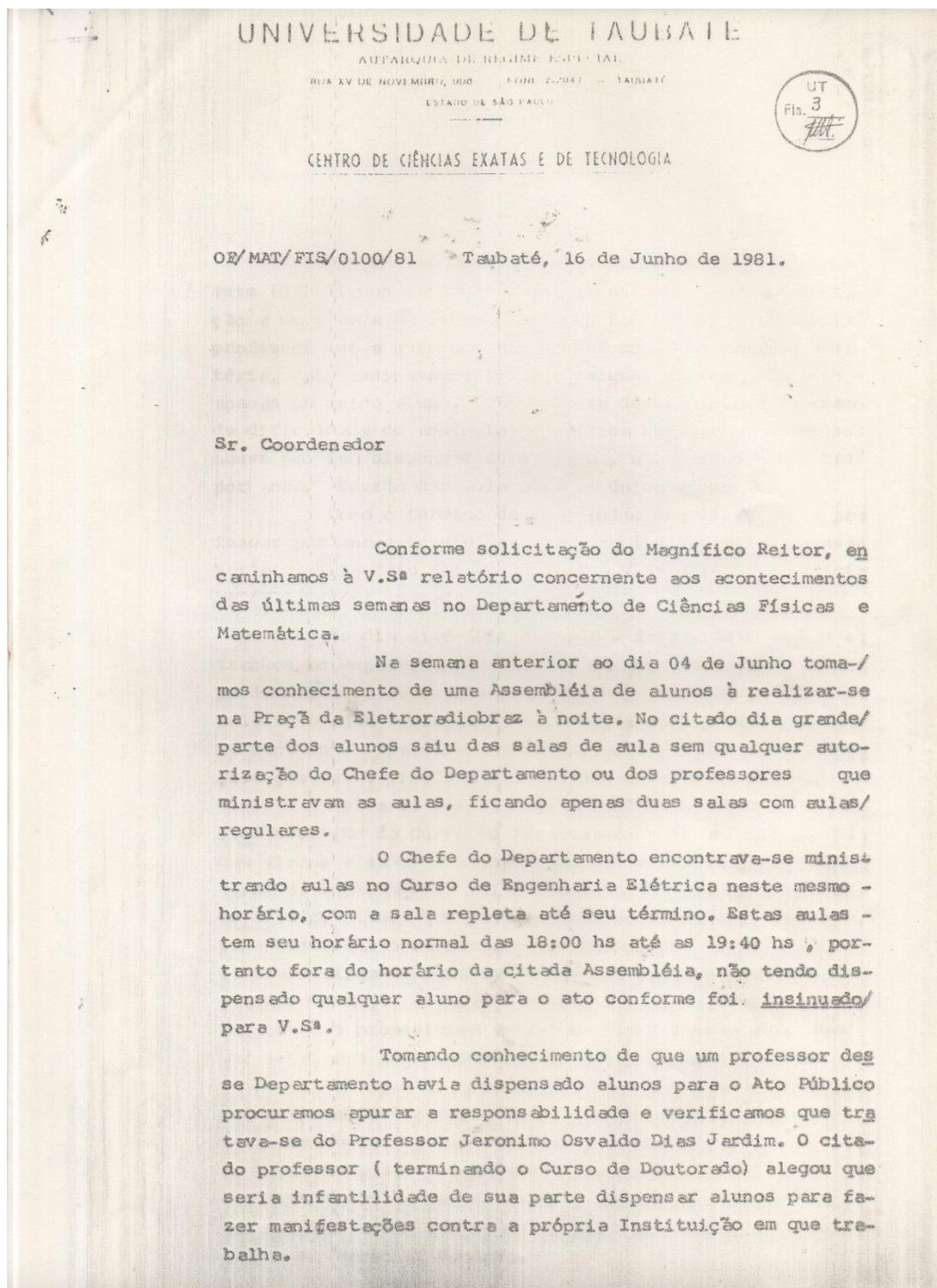
A UNITAU ainda estava se consolidando como uma Universidade no início da década de 1980, então manter as estruturas em ordem, mesmo que de forma aparente, era uma estratégia pela sobrevivência.

Os funcionários da universidade relataram oficialmente os casos de perturbações da ordem que ocorriam nos departamentos através de relatórios, não fica claro se era uma questão de posicionamentos idênticos ou pressão devido ao Artigo 313¹¹ do regimento da UNITAU. Os relatórios e avisos foram solicitações do próprio reitor da universidade, pois os acadêmicos realizavam atos nos mais diversos departamentos da Universidade de Taubaté, a

¹¹ Artigo do Regimento da Universidade de Taubaté do ano de 1976 que elenca ações passíveis de punição por infração disciplinar.

organização estava funcionando. O relatório a seguir, confirma o pedido do reitor:

Figura 8 – Relatório do Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia¹²



Fonte: (CDPH/UNITAU)

¹² A escolha de utilizar apenas a primeira página do documento é pelo fato de que o restante das páginas são uma descrição do ocorrido, e o que interessa a esse trabalho é o fato de existirem relatórios sobre movimentos de estudantes dentro da universidade.

Este documento apresenta pontos interessantes para o entendimento da visão da Universidade diante dos protestos. Primeiro o segundo parágrafo relata a assembleia realizada em um espaço público, a reclamação dos alunos terem saído sem autorização conversa com a maneira como os alunos eram vistos, apenas como receptores sem vontades, apenas obedecendo ordens, pois no regimento oficial da universidade não há nenhuma regra explícita sobre. Porém o artigo 314¹³ permite esta liberdade de formular deliberações, mesmo que seja do direito de ir e vir, que ainda estava negado à população brasileira. Outro ponto do documento que vale destaque, é a acusação do docente em permitir que os alunos fossem à assembleia.

Outra forma da universidade agir e se proteger foi por meio de inquéritos ou processos judiciais contra os alunos envolvidos nas manifestações. Dentro do conjunto de regimentos da universidade, era viável e permitido tomar essas atitudes disciplinares, mesmo sabendo da subjetividade do Artigo 313. A manifestação dos estudantes em junho de 1981 que obrigou o reitor a fugir escoltado pela polícia, e a sugestão de boicote, foram a gota d'água.

Diversos alunos que participaram da manifestação foram intimados pela UNITAU, para fins de entender como se procedeu será utilizado os inquéritos de um aluno apenas, o universitário Amaury Daros Carvalho para auxiliar o entendimento do *modus operandi* da Universidade de Taubaté.

A princípio a reitoria da universidade apresentou a portaria nº 145/81, documento este que utiliza de suas legislações para definir e legitimar as decisões tomadas pelos alunos manifestantes.

¹³ O artigo trata sobre a possibilidade do corpo docente, discente e administrativo ficarem sujeitos a qualquer determinação federal vinda do Ministérios da Educação e da Cultura, além das determinações da UNITAU.

Figura 9 – Portaria Nº 145/81

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
AUTARQUIA MUNICIPAL RECONHECIDA PELO DEC. FED. N. 78.924/76
RUA XV DE NOVEMBRO, 926 – FONES: 32-3952 - 32-3863 - 32-2947
TELEX (0122) 251 UTAU – TAUBATÉ - SP

PORTARIA Nº 145/81

O REITOR DA UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ, no uso de suas atribuições legais e regimentais e, especialmente, do disposto no art. 34, letra "d", do Regimento Geral, tendo em vista o que consta dos processos CHL-018/81 e,

CONSIDERANDO que o acadêmico AMAURY DAROS CARVALHO, matriculado no Grupo III do curso de Agronomia, vem perturbando a ordem escolar, praticando atos de indisciplina e insubordinação, desrespeitando o Reitor e desobedecendo as prescrições feitas pelo Reitor, Coordenadores de Centros de Ensino e Chefes de Departamento;

CONSIDERANDO que o referido acadêmico vem conclamando os colegas a que não efetuem o pagamento das mensalidades, a que descumpram prescrições legais e regimentais e que não observem o regime disciplinar da Universidade de Taubaté;

CONSIDERANDO, mais, que o supra citado acadêmico vem cometendo atos que o incompatibilizam com o sistema de trabalho e o regime disciplinar da Universidade;

CONSIDERANDO, finalmente, que é imperativo que se ponha cobro a tais fatos, comprometedores da boa ordem e da disciplina acadêmicas,

R E S O L V E:

- 1.- Suspender, preventivamente, por trinta dias, o acadêmico AMAURY DAROS CARVALHO, aluno do Grupo III do Curso de Agronomia da Universidade de Taubaté.
- 2 - Determinar a abertura de inquérito administrativo por infração disciplinar prevista nas letras a, b, h, i e p do art. 313 do Regimento Geral, assegurando o direito de defesa.
- 3 - Proibir a prática e a participação em ato escolar durante o prazo da suspensão, bem como o ingresso nos prédios da Universidade, exceto o da Pró-Reitoria Estudantil para os atos e termos do inquérito administrativo disciplinar.
- 4 - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
- 5 - Revogam-se as disposições em contrário.

REITORIA DA UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ, aos 22 de junho de 1.981.

SEBASTIÃO MONTEIRO BONATO
Reitor

Fonte: (CDPH/UNITAU)

Novamente, a definição de perturbação da ordem é subjetiva e arbitrária, pois as reivindicações de melhorias de estrutura, contra o corte de

mensalidade, etc., aconteceram de forma gradual, com tentativas diversas. O boicote foi uma tentativa mais incisiva, que poderia “doer no bolso”, contudo não há documentos demonstrando que o não pagamento das mensalidades ocorreram, no máximo foi um atraso de acordo com o relato no termo de declaração do estudante Amaury. E mesmo que ocorressem, não foram todos os alunos matriculados que aderiram às manifestações, como visto na figura 8. A portaria, claramente, possuía o intuito de silenciar e não de resolver os problemas.

A suspensão também revela que a Universidade de Taubaté precisa de seus alunos contribuindo financeiramente, o que é óbvio a princípio, mas o momento de crise escancara que até mesmo os alunos “problemáticos” fariam falta ao orçamento da universidade. Então a expulsão não seria uma saída inteligente, mas demonstra que a organização social pode atingir os objetivos de classe.

Na mesma data em que a portaria foi atribuída, também foi redigido um ofício do Departamento encaminhado aos estudantes que sofreram suspensões preventivas, além do impedimento de adentrar o espaço da universidade, não importando qual seja.

O processo encaminhado ao estudante universitário Amaury, foi enviado a outros estudantes, mantendo a mesma estrutura de ação da UNITAU:

Figura 10 – Inquérito Administrativo Disciplinar

UNIVERSIDADE DE TAUBATE
AUTARQUIA MUNICIPAL RECONHECIDA PELO DEC. N.º 78.924/76
TAUBATÉ - SP

PROCESSO N.º R-240/81 DATA: 22 / 06 / 1981 FLS. UT
Fls. 6

INTERESSADO: REITORIA DA UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

ASSUNTO: Inquérito administrativo disciplinar contra o Acad. AMAURY DAROS CARVALHO.

CONCLUSÃO

Ovidamente a 22/06/81, sob o processo R. 240/81 à deliberação de -

22 06 81
Allegreza

Oficie-se ao Departamento de para que o respectivo Chefe entregue ao acadêmico suspenso, cópia da Portaria 145 /81.

Junte-se cópia do Atô Executivo nº 028/81.

Encaminhem-se os autos à Pró-Reitoria para Assun-
tos Estudantis, para os devidos fins.

Observe, mais, que a suspensão preventiva, além das razões assinaladas na Portaria de fls. 2, é necessária para impedir que o acadêmico venha a dificultar a apuração da falta cometida.

Com efeito, devem ser evitados movimentos visan-
do a perturbar a boa ordem dos trabalhos da Comissão Processan-
te e bem assim a apuração da verdade, no âmbito de atuação do
aluno que está sendo processado.

Taubaté, 22 de junho de 1.981.

Sebastião Monteiro Bonato
SEBASTIAO MONTEIRO BONATO
Reitor

Fonte: (CDPH/UNITAU)

A Universidade de Taubaté neste processo queria utilizar esses movimentos de estudantes como um exemplo do que poderia acontecer com outros interessados nessas manifestações.

Por fim, foi pedido um termo de declaração aos mesmos universitários com seus relatos pessoais do ocorrido. Inquérito administrativo disciplinar contra o acadêmico Amaury Daros Carvalho:

Termo de Declarações

Aos vinte e cinco dias do mês de junho de mil e novecentos e oitenta e um, conforme termo de intimação expedido (ofício nº 59/81) compareceu à Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis o acadêmico Amaury Daros de Carvalho, aluno do 3º grupo de Agronomia da Unitaú, (...), que às perguntas respondeu: que é membro do D.C.E. da Unitaú onde exerce as funções de 2º Secretário; que, como toda a diretoria do D.C.E. fazia parte da Comissão de Boicote, que se significa o adiamento dos pagamentos das parcelas de anuidade até que os problemas fossem resolvidos; que a Comissão de Boicote era formada por toda a Diretoria do D.C.E.; por um representante de cada D.A. e por alunos que se inscrevam no Congresso realizada nos dias 6 e 7 do corrente; que nem todos os D.A. tiveram representantes na Comissão de Boicote; que essa Comissão levava ao conhecimento dos alunos sobre as deliberações tomadas durante a realização do ato público do dia 5 de junho e na concentração havida e que foram referendadas no citado Congresso; que uma das funções da Comissão era chegar a um consenso dos alunos para que o pagamento não fosse efetuado e isso ocorreu, inclusive, junto às filas de pagamento; que o que pretendia a Comissão não era simplesmente que não se fizesse o pagamento mas um adiamento afim de que esse processo fosse usado como forma de luta e para a solução dos problemas enfrentado pelos alunos; que, realmente, entendendo ser função do D.C.E. (...). (UNITAU, 1981)

O relato do estudante aponta para o motivo de acontecer os movimentos de estudantes, a tentativa de pressionar a universidade para solucionar os problemas. E que tudo foi organizado entre diversos estudantes e Diretórios Acadêmicos. Em outro momento do relato, o estudante afirma:

(...) que, realmente, numa das assembleias realizadas no começo do ano havia uma faixa do Partido dos Trabalhadores mas que o declarante não pode se recordar dos seus exatos termos; que se recorda que no Congresso compareceram trabalhadores da FIAT, que se encontravam em greve e representantes da UNE e UEE; que não chegou a ver propaganda política no Congresso; (UNITAU, 1981)

Outro aspecto interessante, que em outros documentos não apareceu foi a participação de outras camadas da sociedade, como os trabalhadores de fábricas de automóveis e apoiadores do, então recente, Partido dos

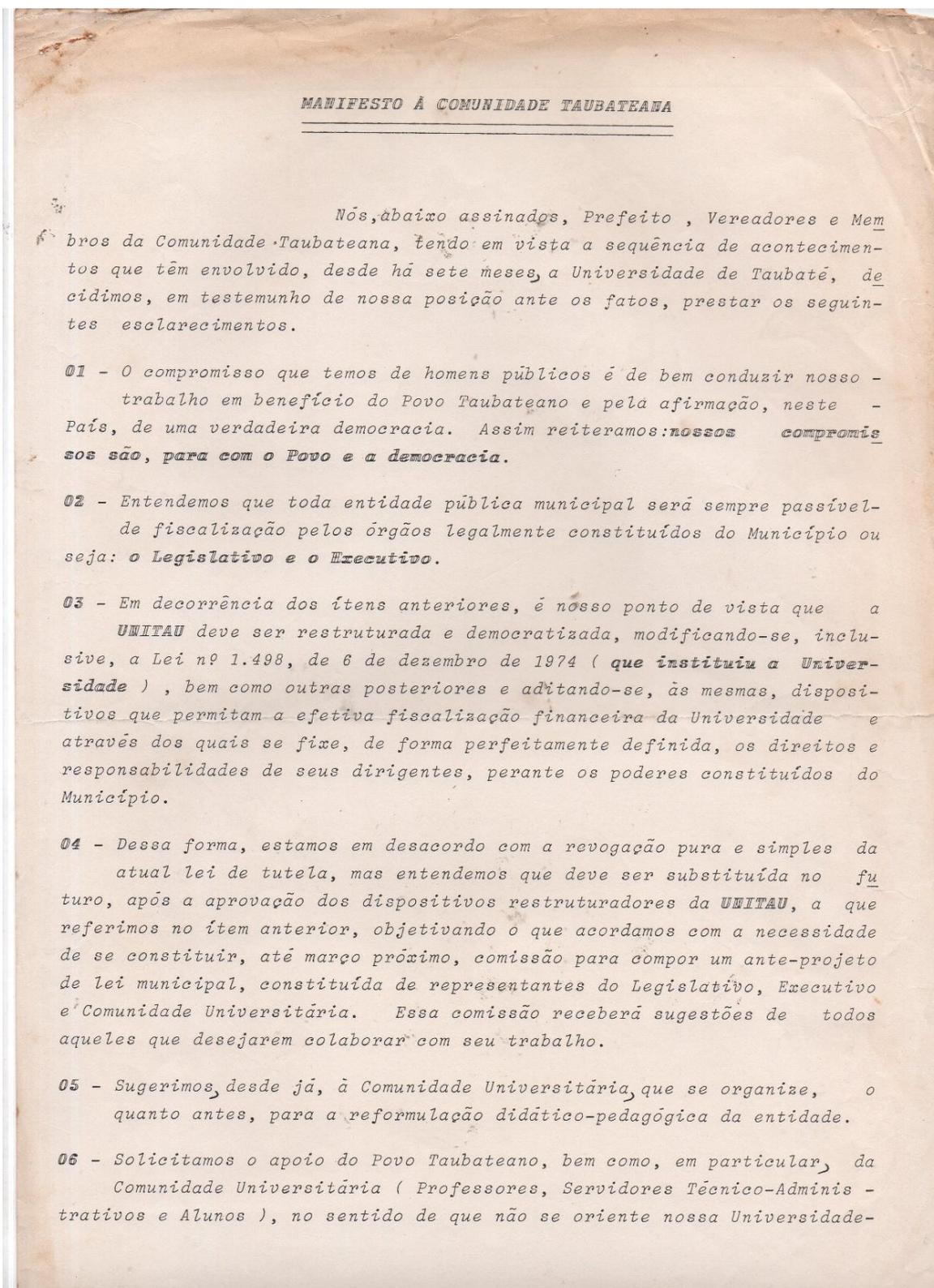
Trabalhadores. Assim o relato mostra como os movimentos estavam crescendo e a universidade passou a agir para conter essa crescente.

A UNITAU apresentou suas formas de conter o ímpeto universitário, mas as crises que o ensino superior passava, a crise interna na universidade e os atritos com a prefeitura de Taubaté, dificultava muito o encerramento dos problemas. Ainda na década de 1980, outros conflitos surgiram e o fim da Ditadura Civil-Militar se aproximava, e com ela uma nova constituição mais democrática.

3.3 Há um fim?

A documentação analisada não deixa claro como foram os anos posteriores ao ano de 1981. A universidade e os universitários não entraram em um consenso, a prefeitura e a universidade ainda possuíam atritos, o governo federal ditatorial estava a todo vapor a esconder a farsa do milagre econômico, como foi o caso do Decreto Nº 86.000, DE 13 DE MAIO DE 1981 assinado por João Batista Figueiredo, onde proibia a criação de novos cursos de graduação.

Porém no ano de 1982, as tentativas dos universitários foram através da prefeitura municipal de Taubaté. Por meio de abaixo-assinados, os estudantes tentaram convencer a prefeitura a realizar uma reforma institucional na UNITAU e de acordo com um manifesto dirigido à comunidade taubateana os alunos tentaram conseguir apoio da população e, também, uma explicação para o posicionamento frente a universidade.

Figura 11- Manifesto A Comunidade Taubateana, sem data¹⁴

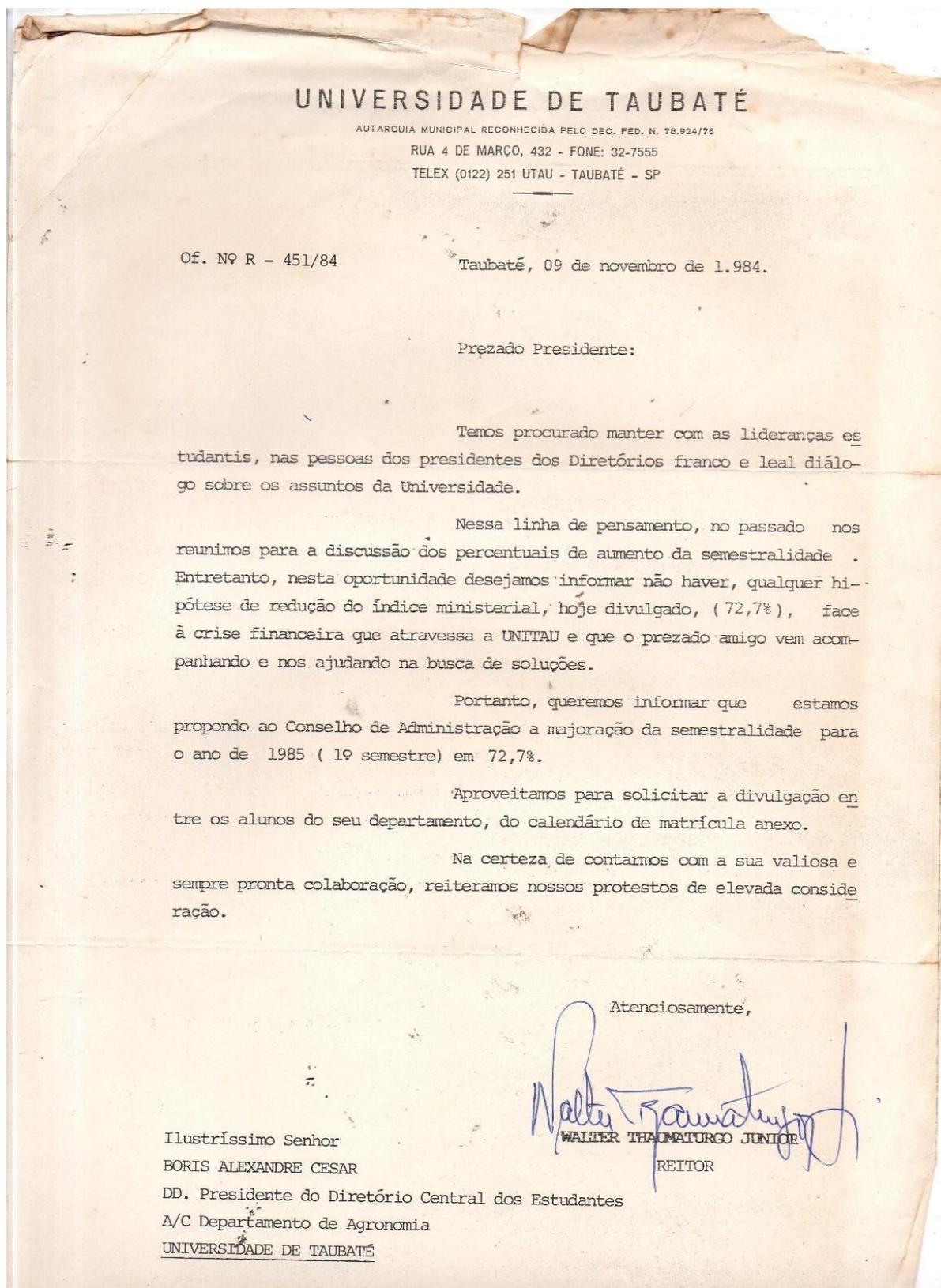
Fonte: (CDPH/UNITAU)

¹⁴ Foi encontrada apenas a primeira página do documento.

Os universitários estavam buscando, com esse manifesto, mais apoio para seus movimentos, além de justificar a motivação dele. O que faz sentido pois a cidade de Taubaté possui um caráter conservador, muito pelas raízes das grandes fazendas de café, com cafeicultores escravocratas e oligarcas.

Já no ano de 1983, o presidente do Diretório Acadêmico da Agronomia recebeu uma carta do reitor para outra tentativa de diálogo. Porém o ano de 1984 ainda manteve tensões no ar. Em um documento oficial redigido por Walter Thaumaturgo Junior, solicitando um redimensionamento para estancar a crise, ou como o próprio diz: majoração.

Figura 12 – Ofício 451/84

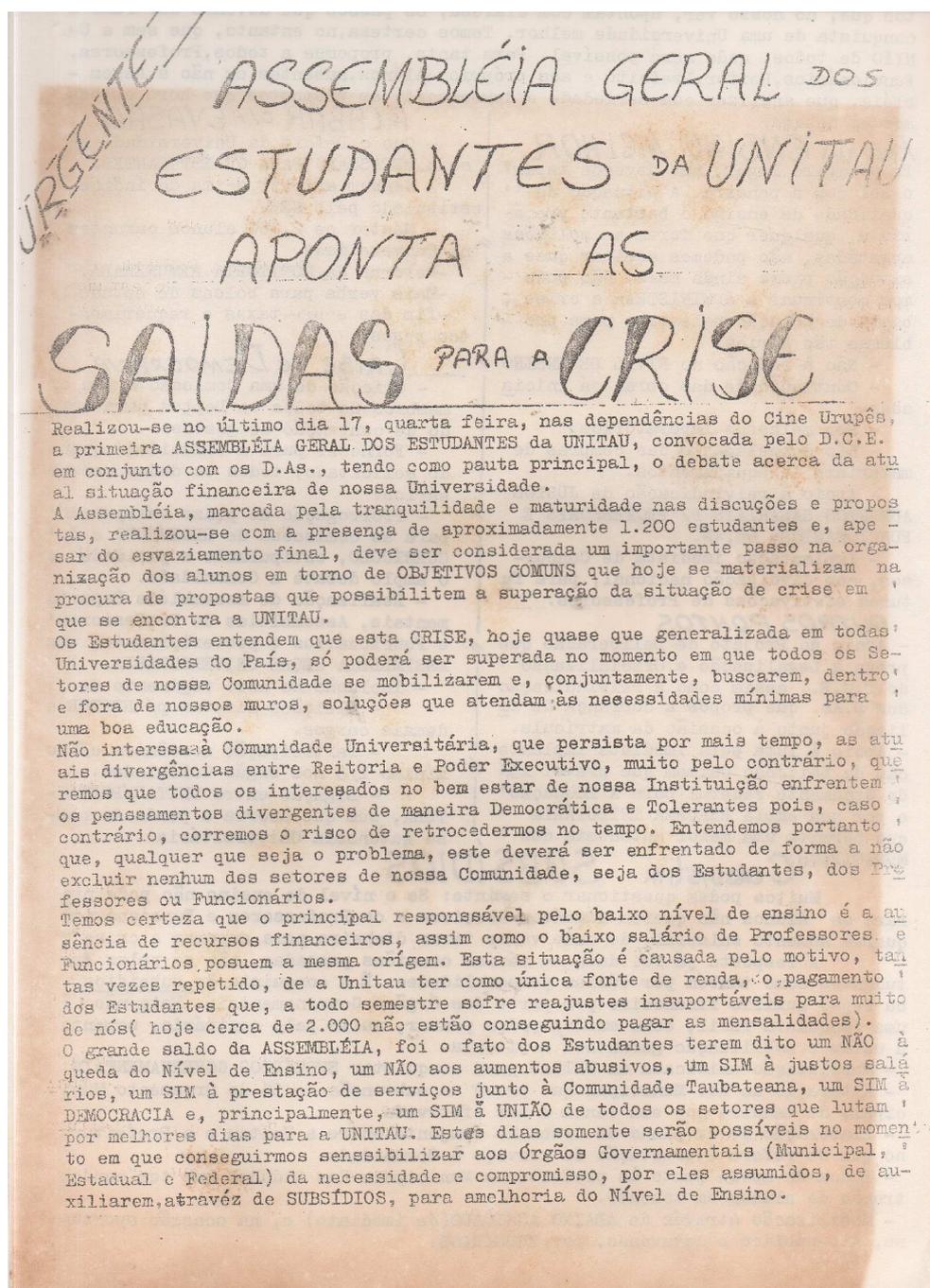


Fonte: (CDPH/UNITAU)

As pressões não bastaram, a decisão do aumento contínuo da semestralidade era como uma estrutura de concreto, onde os universitários batiam com punhos cerrados e quem sentia eram os próprios alunos, a estrutura monocromática sólida não mudou.

Não à toa, que outra assembleia entre os estudantes foi realizada, dessa vez no dia 17 de outubro de 1984 no Teatro São João.

Figura 13 – Assembleia Geral dos Estudantes da UNITAU



Fonte: (CDPH/UNITAU)

O documento da assembleia aponta para uma contínua busca entre os universitários, pois a tentativa de conciliar duas classes distintas, mesmo que uma precise da outra para existir, é uma luta de cabo de guerra.

Nesta assembleia ainda é possível notar uma grande quantidade de alunos interessados:

Figura 14 – Lista de Presença da Assembleia Geral dos Estudantes

-DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES - UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ-			
Lista dos Alunos da Universidade de Taubaté, presentes à ASSEMBLÉIA GERAL DOS ESTUDANTES, realizada no dia 17 de Outubro de 1984 no Teatro São João.			
Nome	Assinatura	Curso	Série

Fonte: (CDPH/UNITAU)

A lista de presença encontrada possui ao todo 33 páginas, sendo que as páginas 29 e 30 não foram encontradas. O número de alunos participantes a partir destas páginas é em torno de 394 estudantes universitários presentes na assembleia. Tendo representantes dos mais diversos cursos como por exemplo: Biologia, Pedagogia, História, Arquitetura, Agronomia, Odontologia, Direito, Mecatrônica, Engenharia Civil etc.

A luta não cessou, os problemas não se resolveram, apesar de tudo os anos passaram e as mudanças de fato chegaram, mas não como muitos imaginavam. Com o fim da Ditadura Civil-Militar, em 1985, o Brasil continuou passando por turbulências na década de 1980, como: a morte de Tancredo Neves e a troca do Cruzeiro para o Cruzado. Contudo, o que se destaca no fechamento da década é a constituição de 1988.

A garantia dos direitos básicos, em teoria, estava garantida, o governo federal estava numa fase democrática, em teoria...As mudanças vividas no Brasil ainda eram apenas superficiais, os culpados pelas décadas de ditadura foram absolvidos e puderam viver até seus últimos dias de forma tranquila. O Brasil ainda vivia numa contradição, mais otimista é claro, mas com seus vários problemas não sendo resolvidos.

Em Taubaté, a UNITAU assumia para si essa nova roupagem democrática, como foi o caso da sua participação, junto da prefeitura de Taubaté e outras instituições, em 1990 do SEMINÁRIO Regional do Vale do

Paraíba Sobre Constituinte Municipal e Lei Orgânica, onde foi discutido, elaborado e promulgado a Lei Orgânica do Município, que buscava materializar as conquistas da Constituição de 1988.

Mas ao mesmo tempo, em 1990 o novo regimento da Universidade de Taubaté era aprovado, com mudanças visíveis em sua forma de atuação, como exemplo o papel do DCE:

Artigo 70 – O Diretório Central de Estudantes (DCE) será regido por Estatuto próprio, na forma de legislação específica. (UNITAU, 1990)

Com tudo, havia a subjetividade do regime disciplinar, como mostra os artigos 77 e 78:

Artigo 77 – O Regime disciplinar visa assegurar, manter e preservar a boa ordem, o respeito, os bons costumes e preceitos morais de forma a garantir a harmônica convivência entre docentes, discentes e servidores e a disciplina indispensável às atividades universitárias.

Artigo 78 – Compete à Administração da Universidade de Taubaté, em seus diversos níveis, manter a fiel observância de todos os preceitos exigidos para elevar o seu conceito e sua reputação.

Parágrafo único – O Reitor, o Vice-Reitor, os Pró-Reitores e os Chefes de Departamento são responsáveis pela fiel observância dos preceitos de boa ordem e dignidade entre os membros dos corpos docente e discente, bem como por parte do pessoal técnico-administrativo. (UNITAU, 1990)

A subjetividade do que a universidade entende como falta de respeito e falta de ordem, é apenas uma amostra de que, apesar das tentativas dos universitários e das mudanças no governo federal e na constituição, a UNITAU ainda mantinha suas características basilares, pois a mudança é gradual e contraditória. E o início da década de 1990 mostrava que para alcançar os objetivos dos manifestantes da década de 1980 era preciso mais enfrentamentos, pois a luta entre classes opostas tende a durar.

Considerações Finais

Os movimentos de estudantes em Taubaté, foi um reflexo do retorno estrondoso dos movimentos estudantis do final da década de 1970. Com apoio da UNE e da UEESP, por exemplo, os universitários da UNITAU buscaram meios para cobrar a Universidade de Taubaté referentes a temas sobre melhorias de estruturas nos departamentos, parar os aumentos das mensalidades e, até mesmo, restaurantes universitários. Contudo a UNITAU também se posicionou e agiu de forma a barrar o ímpeto estudantil, mesmo que de forma arbitrária.

Diante das contradições de ambas as partes e as crises no qual o país todo era tomado, uma solução clara não ocorreu. A universidade passou a conviver com crises diversas. Os estudantes que planejaram os atos, como o de boicote, foram processados pela UNITAU. Até mesmo a prefeitura de Taubaté passou a fazer parte dessa confusão toda. No fim, ninguém saiu satisfeito.

Contudo, a existência de um movimento de estudantes em uma cidade majoritariamente conservadora, mostra que mesmo em situações adversas é possível haver organizações sociais em prol de melhorias para as classes menos abastadas e menos influentes da sociedade. E que as conjunturas nacionais e internacionais refletem diretamente se haverá ou não movimentos e se as instituições agirão de forma arbitrária ou não, como foi apresentado neste trabalho.

Analisando o contexto brasileiro da década de 1980, que ainda se encontrava em regime ditatorial, a importância dos movimentos estudantis vai além da questão escolar ou universitária. Movimentos em favor da Anistia, exemplo que foi apresentado, ecoou para além das capitais muito por conta dos estudantes. Em Taubaté, apesar de movimentos sociais não terem tanta visibilidade, chegou na Universidade de Taubaté, mobilizando estudantes para cobrar melhorias estruturais, criação de restaurante universitário, tentar barrar o aumento constante das mensalidades, dentre outras pautas.

Além deste movimento de estudantes ter apoio de organizações estudantis mais antigas, como a própria UNE. Apontando para um fortalecimento da classe estudantil taubateana na década de 1980.

Fortalecimento esse, que resultou em ações arbitrárias da UNITAU, resultando em atritos e crises crescentes.

Assim, mesmo que não haja resolução para os problemas, fica claro que o movimento de estudantes possui potencial emancipador para os sujeitos que participam. O movimento de estudantes em Taubaté não possui o mesmo impacto nos dias atuais, muito pela conjuntura atual, mas na década de 1980 foi um respiro contra a arbitrariedade da universidade, contra a Ditadura Civil-Militar e contra o conservadorismo oligárquico presente até os dias de hoje em Taubaté.

REFERÊNCIAS

A TOGA. São José dos Campos, 1979.

A VOZ DO VALE. Taubaté, 31 de out. de 1984.

ACS. **Graça, indulto e anistia.** 2022. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/graca-indulto-e-anistia>. Acesso em: 26 set. 2023.

ALUNOS DE ENGENHARIA CIVIL. [Carta Aberta]. Destinatário: Universidade de Taubaté. Taubaté, 1980.

ANISTIA, Comitê Brasileiro Pela (org.). **MEMÓRIAS DA MOBILIZAÇÃO POPULAR.** Desconhecido. Disponível em: <http://memorialanistia.org.br/comite-brasileiro-pela-anistia/>. Acesso em: 02 maio 2023.

ANTÔNIO HOUAISS (Brasil) (org.). **Pequeno Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** São Paulo: Moderna, 2015. 1114 p.

BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. **Sobre o Ato Institucional 5.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm

BRASIL. Constituição (1981). Decreto nº 86.000, de 13 de maio de 1981. **Dispõe Sobre A Suspensão Temporária de Criação de Novos Cursos de Graduação e Dá Outras Providências.** Distrito Federal, 14 maio 1981.

BRASIL. Decreto-Lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967. **Institui o Código Civil.** Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, n. 228, p. 2422, 28 fev. 1967.

BRASIL. IBGE. (org.). **Censo demográfico : 1960.** Rio de Janeiro: Ibge, 1960. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?id=768&view=detalhes>. Acesso em: 16 mai. 2023.

BRASIL. KARLA ALESSANDRA. **Pesquisadores alertam que Lei da Anistia ainda é um problema atual.** 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/801270-pesquisadores-alertam-que-lei-da-anistia-ainda-e-um-problema-atual/>. Acesso em: 18 maio 2023.

CHIAVENATO, Júlio José. **O Golpe de 64 e a Ditadura Militar.** 6. ed. São Paulo: Editora Moderna, 1995. 136 p.

DIÁRIO DE TAUBATÉ: Edição Regional. Taubaté, 13 mai. 1980.

DIRETÓRIO ACADÊMICO DE MEDICINA. **Abaixo assinado dos alunos da Faculdade de Medicina.** nov. 1981. Disponível em: Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CDPH/UNITAU).

DIRETÓRIO CENTRAL DE ESTUDANTES. [Informativo]. Destinatário: Estudantes da Universidade de Taubaté. Taubaté, 1981.

DIRETÓRIO CENTRAL DE ESTUDANTES. **Assembleia Geral dos Estudantes da UNITAU**. 17 de out. 1984. Disponível em: Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CDPH/UNITAU).

DIRETÓRIO CENTRAL DE ESTUDANTES. **Carta de boicote das mensalidades da UNITAU**. 1980. Disponível em: Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CDPH/UNITAU).

DIRETÓRIO CENTRAL DE ESTUDANTES. **Divulgação do 1º Congresso Universitário da UNITAU**. 1981. Disponível em: Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CDPH/UNITAU).

DIRETÓRIO CENTRAL DE ESTUDANTES. **Lista de Presença da Assembleia Geral dos Estudantes**. 17 de out. 1984. Disponível em: Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CDPH/UNITAU).

DIRETÓRIO CENTRAL DE ESTUDANTES. **Manifesto a Comunidade Taubateana**. s/d. Disponível em: Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CDPH/UNITAU).

DIRETÓRIO CENTRAL DE ESTUDANTES. **Rascunho de ações para a manifestação em 1981**. 1981. Disponível em: Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CDPH/UNITAU).

FERNANDES, Florestan. **Educação e sociedade no Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1966.

FORACCHI, Marialice M.. **A Juventude na Sociedade Moderna**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018. 190 p.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. 431 p.

A Ditadura Escancarada. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. 526 p.

GONÇALVES, Danyelle Nilin. **O PREÇO DO PASSADO: anistia e reparação de perseguidos políticos no Brasil**. 2006. 253 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Departamento de Ciências Sociais e Filosofia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

GORENDER, Jacob. **A Burguesia Brasileira**. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense S/A, 1998. (Tudo é História).

História da UNE. Desconhecido. Texto elaborado pela Associação Nacional de Pós-Graduandos. Disponível em: <https://www.une.org.br/2011/09/historia-da-une/>. Acesso em: 21 mar. 2023.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 220 p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007. 616 p.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA (org.). DOI-CODI, A MÁQUINA DE TORTURAR E MATAR. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/doi-codi-a-maquina-de-torturar-e-matar>. Acesso em: 22 set. 2023.

MENANDRO, Heloísa. **REFORMAS DE BASE.** Desconhecido. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/reformas-de-base>. Acesso em: 10 abr. 2023.

MEZAROBBA, Glenda. **Um acerto de contas com o futuro: a anistia e suas consequências- um estudo do caso brasileiro.** Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2003.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e Democracia no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2014.

SANTOS, Jonas Sudy dos. **Entendendo as Autarquias em Regime Especial, as Agências Executivas e as Agências Reguladoras.** 2017. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/entendendo-as-autarquias-em-regime-especial-as-agencias-executivas-e-as-agencias-reguladoras/465339048>. Acesso em: 03 ago. 2023

SÃO PAULO. **Conselho Estadual de Educação.** Parecer Jurídico nº 4278/78, de 17 de dezembro de 1975. Sobre Instalação da Universidade de Taubaté. São Paulo, 17 dez. 1975.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo.** 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. 512 p.

TAUBATÉ. Decreto-Lei nº 1.498, de 06 de dezembro de 1974. **Dispõe Sobre A Criação da Universidade de Taubaté e Dá Outras Providências.** Taubaté, SP, nº1.498, 06 dez. 1974.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros: uma crítica ao pensamento de Althusser.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. 228 p

UNE. **UNE RENASCE REIVINDICANDO DEMOCRACIA.** Desconhecido. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/une-renasce-reivindicando-democracia>. Acesso em: 07 ago. 2023.

UNIÃO ESTADUAL DOS ESTUDANTES. **Relatório da reunião da Regional do Vale do Paraíba (UEE).** 01 nov. 1980. Disponível em: Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CDPH/UNITAU).

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ. Artigo 270. 1974. REGIMENTO GERAL. Taubaté, SP, 1974.

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ. Artigo 270. 1976. REGIMENTO GERAL. Taubaté, SP, 1976.

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ. Artigo 272. 1974. REGIMENTO GERAL. Taubaté, SP, 1974.

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ. Artigo 274. 1974. REGIMENTO GERAL. Taubaté, SP, 1974.

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ. Artigo 277. 1974. REGIMENTO GERAL. Taubaté, SP, 1974.

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ. Artigo 310. 1974. REGIMENTO GERAL. Taubaté, SP, 1974.

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ. Artigo 313. 1974. REGIMENTO GERAL. Taubaté, SP, 1974.

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ. Artigo 314. 1976. REGIMENTO GERAL. Taubaté, SP, 1976.

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ. Artigo 70. 1990. REGIMENTO GERAL. Taubaté, SP, 1990.

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ. Artigo 77. 1990. REGIMENTO GERAL. Taubaté, SP, 1990.

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ. Artigo 78. 1990. REGIMENTO GERAL. Taubaté, SP, 1990.

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ. Inquérito Disciplinar. 22 de jun. 1981. Disponível em: Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CDPH/UNITAU).

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ. Ofício 451/84. 09 de nov. 1984. Disponível em: Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CDPH/UNITAU).

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ. Portaria Nº 145/81. 22 de jun. 1981. Disponível em: Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CDPH/UNITAU).

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ. Relatório de Atividades. Taubaté, 1986.

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ. Relatório do Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia. 16 de jun. 1981. Disponível em: Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CDPH/UNITAU).

VALLE, Maria Ribeiro do. **1968: O diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar no brasil.** Campinas: Editora Unicamp, 1999. 269 p.